



UNIVERSIDADE DO MINDELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RELATÓRIO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ANO LETIVO 2019/2020 – 4º ANO

Tema: Abstenção Eleitoral em Cabo Verde (1991-2016)

Autora: Cátia Helena Neves Monteiro, N.º 2460

Orientador: Mestre Isidoro Manuel Costa

Mindelo, 2020



Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais

Título da Monografia

Abstenção Eleitoral em Cabo Verde (1991-2016)

Autora: Cátia helena neves Monteiro

Orientador: Mestre Isidoro Manuel Costa

"Trabalho apresentado à
Universidade do Mindelo como parte
dos requisitos para obtenção do grau
de Licenciada em Ciência Política e
Relações Internacionais."

Mindelo

2020

Autora: Cátia Helena Neves Monteiro

Título: Abstenção Eleitoral em Cabo Verde (1991-2016)

Declaração de Originalidade

Declaro que esta Monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

A Candidata,

Cátia Helena Neves Monteiro

Mindelo, 31 de julho de 2020

DEDICATÓRIA

Ao meu namorado Hélder Graça e a minha avó Teresa Monteiro

AGRADECIMENTOS

Realizar esta monografia só foi possível com o apoio espiritual, intelectual e material de várias pessoas e a uma instituição específica. Assim começo a agradecer:

A Deus por nos conceder a coisa mais preciosa que é a vida.

À minha avó Teresa Monteiro e o meu avô Benjamim Monteiro, por me terem ensinado a ser uma pessoa do bem.

Ao meu namorado Hélder Graça, pela sua persistência em me ver concluído uma etapa da minha vida e por me ter acompanhado nessa trajetória.

Aos meus familiares que de uma forma ou de outra me apoiaram enquanto estudava.

À Fundação Cabo-Verdiana de Ação Social e Escolar (FICASE) que me ajudou a concretizar um dos meus sonhos, sem ela não chegaria no fim da longa caminhada.

Em especial ao meu professor e orientador mestre Isidoro Costa, por aceitar em me orientar, pela sua disponibilidade, dedicação, orientação metodológica, correções e sugestões e principalmente pela sua paciência.

Aos meus professores por me terem transmitido conhecimentos valiosos que me ajudaram na realização do trabalho.

Muito obrigada a todos que fizeram parte desta caminhada.

EPÍGRAFE

*“Não há nada de errado com aqueles que não gostam de política,
simplesmente serão governados por aqueles que gostam”.*

(Platão)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão do curso de Ciência Política e Relações Internacionais visa analisar a evolução de abstenção em Cabo Verde desde o ano de 1991 a 2016.

Nas últimas décadas a democracia cabo-verdiana têm-se deparado com repetidos altos de índice de abstenção eleitoral. A relevância do estudo compreende-se em entender o porquê do aumento da taxa de abstenção em todas as eleições realizadas em Cabo Verde desde a sua abertura política às últimas realizadas, o que tem preocupado os cientistas políticos bem como entidades nacionais e internacionais em saber as principais causas do fenómeno, uma vez que a abstenção pode fragilizar a democracia.

O não comparecimento a urna tem resultado em descidas dos níveis de participação eleitoral por parte dos cidadãos, o que reflete em altas taxas de abstenção e tendencialmente a medida que se realiza uma eleição os números tende se aumentar.

Ao logo do trabalho perceberá quais as razões que leva com que tenham pouca aderência as urnas e uma delas que se ressalta a vista é pelo facto de os cidadãos interessarem pouco por assuntos ligado a política, uma vez que não vêm solução dos seus problemas, como forma de protesto acabam por penalizar os representantes políticos em não lhes atribuírem o seu voto.

Palavras-chave: Participação Política, Participação Eleitoral, Abstenção Eleitoral

ABSTRACT

The following research upon conclusion of the degree course in Political Science and International Relations, aims to analyze evolution of electoral abstention in Cape Verde since the year of 1991 to 2016.

In the last decades Cape Verdean democracy has faced repeated high voter abstention rates. The relevance of the study is to understand why the increase in abstention rate in all elections held in Cape Verde since its last political opening, which has worried political scientists as well as national and international entities in knowing the main causes of the phenomenon, as abstention can undermine democracy.

Non- attendance at the polls has resulted in declining levels of voter turnout by citizens, which is reflected in high abstention rates and tends to increase as an election is held.

In the course of the work you will understand the reasons why the ballot box has little adherence and one of them that stands out is fact that citizens have little interest in matters related to politics, such as form of protest end up penalizing the political representatives for not giving them their vote.

Key-words: Political Participation, Electoral Participation, Electoral Abstention

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
EPÍGRAFE	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	ix
ÍNDICE DE TABELAS	x
GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS	xi
INTRODUÇÃO	1
Motivações.....	3
Estrutura do Trabalho	5
Objetivos.....	6
• Objetivo Geral:	6
• Objetivo Específicos:.....	6
Metodologia	7
CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E DISCUÇÃO DE CONCEITOS	9
1.1 Abstensão Eleitoral.....	9
1.1.1 Abstensão ativa e negativa	11
1.1.2 Abstensão apática	12
1.2 Participação Política	13
1.3 Participação Eleitoral	16
CAPÍTULO II: CIDADANIA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	20
2.1 O Conceito de Cidadania	20
2.2 Democracia Participativa	25

CAPÍTULO III: DEBILIDADE DO SISTEMA POLÍTICO E A CRISE DE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA EM CABO VERDE	28
3.1 Abstensão Eleitoral na Atualidade nas Democracias Liberais	30
3.2 Abstensão Eleitoral como Resposta da Crise Democrática	33
3.3 O Marketing Político e a Abstensão Eleitoral	35
3.4 A Problemática do Voto Facultativo Versos Voto Obrigatório	36
3.5 Participação Política como Vetor de Análise da Cultura Política	39
3.6 A Problemática do Bipartidarismo Partidário Cabo-Verdiano	42
CAPÍTULO IV: ANÁLISE DE DADOS	47
CONCLUSÃO	60
Recomendações	63
Limitações	63
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA	64
ANEXOS	70
ANEXO 1- Dados da Comissão Nacional das Eleições	70
ANEXO 2 - Entrevistas	72

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resultado das Eleições Legislativas em Cabo Verde de 1991-2016	48
Gráfico 2 - Resultado das Eleições Presidenciais em Cabo Verde de 1991-2016	50
Gráfico 3 - Resultado das Eleições Autárquicas em Cabo Verde de 1991-2016	53
Gráfico 5 - Comparação dos valores da abstenção eleitoral nas eleições cabo-verdiana 1991 a 2016	57

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Eleições Legislativas de 1991 a 2016.....	47
Tabela 2 - Eleições Presidenciais em Cabo Verde (1991-2016)	49
Tabela 3 - Eleições Autárquicas em Cabo Verde (1991-2016).....	52
Tabela 4 - Média da abstenção (1991-2016) segundo o tipo de eleição por círculos eleitorais nacionais.	54
Tabela 5 - Comparação da taxa de Abstenção Eleitoral nas Autárquicas em São Vicente e Nacional (1991-2016).....	59

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS

ADM	Aliança Democrática para a Mudança
BO	Boletim Oficial
CE	Código Eleitoral
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CRCV	Constituição da República de Cabo Verde
EUA	Estados Unidos de América
FMI	Fundo Monetário Internacional
INE	Instituto Nacional de Eleições
JAAC-CV	Juventude Africana Amílcar Cabral de Cabo Verde
LOPE	Lei de Organização Política do Estado
MPD	Movimento para Democracia
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMCV	Organização das Mulheres de Cabo Verde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAD-CV	Organização Pioneiros Abel Djassi de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PAIGV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCD	Partido da Convergência Democrática
PIDE	Polícia Internacional e da Defesa do Estado
PP	Partido Popular
PRD	Partido de Renovação Democrática
PSD	Partido Social Democrático

PTS	Partido do Trabalho e da Solidariedade
R. E	Recenseamento Eleitoral
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UCID	União Cabo-verdiana Independente e Democrática
EU	União Europeia
UNTC-CS	União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “Abstenção Eleitoral em Cabo Verde (1991-2016)”, enquadra-se no âmbito do curso de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, ministrado pela Universidade do Mindelo para a obtenção do grau de licenciatura no referido curso.

Pretende-se analisar o percurso da abstenção eleitoral em Cabo Verde desde a abertura política às últimas eleições de 2016.

As revoluções liberais ocorridas na Europa foram de extrema importância para a vida política, o voto conseguido através de revoluções de foro reivindicativo pelo derrubamento da monarquia instalada na Europa Ocidental, com a famosa Revolução Francesa proclama-se a Declaração Universal do Direito dos Homens e do Cidadão, mas nem todos desfrutavam dessa declaração ainda na altura. Nos tempos atuais o cidadão escolhe através do voto quem o representar e defender os seus interesses, que por fim é a melhor forma de participação na vida política e o verdadeiro significado da democracia representativa.

Para a política, o século XIX significa, o direito ao voto de todos os cidadãos, ou seja, a institucionalização do sufrágio universal. O direito de sufrágio é um direito fundamental de participação política, consagrado no artigo 104º da Constituição da República de Cabo Verde, verte-se no direito de votar ou eleger.

Nas democracias representativas, votar é uma condição necessária e fundamental de participação política, bem como as eleições são um elemento central do processo democrático, já que para muitos é a única forma de participação política exercida com certa regularidade. Como sendo a democracia o governo do povo, é através das eleições que se manifesta essa importância no processo democrático, utilizado pelo cidadão, que por um lado, pode escolher os representantes e, por outro, pode premiar ou punir os governantes. As democracias modernas partem do princípio que os governantes executam as políticas públicas que os cidadãos desejam. Assim sendo, os cidadãos votam de acordo com os seus objetivos a serem alcançados e de acordo com as suas preferências em termos de políticas públicas.

A realização de eleições periódicas, justas, livres, gerais, iguais e secretas, é um elemento-chave do processo democrático. No fundo, as eleições são o mecanismo pelo

qual o povo soberano legitima o poder legislativo e executivo por um período determinado, onde os dirigentes prestam contas perante o eleitorado sobre o trabalho desenvolvido, Correia (2011).

No entanto, para que as democracias funcionem, não basta que se realizem eleições, é necessário que os cidadãos participem e desse modo legitimem os seus resultados, contudo uma boa parte da população se mantém à margem do processo eleitoral, abstendo-se de exercer o seu direito de voto.

Do ponto de vista do valor, o voto se consolidou igualitário. Tanto para as mulheres como para os homens, sendo, a Lei Maior, atribuída ao voto de ambos o mesmo peso e medida e os votos de todos são escrutinados igualmente. No caso cabo-verdiano, segundo o artigo quinto do Código Eleitoral, todos os cidadãos maiores de dezoito anos, de ambos os sexos exercem o direito de voto, mediante a inscrição no caderno de recenseamento eleitoral. Portanto o número da diferença entre os eleitores inscritos nos cadernos de recenseamento eleitoral e os que exercem o seu direito de voto designa-se de abstenção.

O voto, como visto, é o meio pelo qual o cidadão declara a escolha dos seus representantes e governantes, bem como manifesta a sua participação na atividade e organização do poder estatal.

Na prática, não é o que acontece, a crescente tendência do nível de abstenção nos diversos processos eleitorais em quase todos os países que adotaram o governo de democracia representativa nas últimas décadas tem originado diversos estudos, relatórios e pesquisas científicas sobre as motivações na base dessa tendência e as suas consequências a nível do funcionamento da democracia e da reconceptualização do próprio conceito de cidadania. Um dos aspetos mais referenciados é a ligação entre os cidadãos e as diversas instituições políticas, por exemplo, a avaliação do grau de confiança nestas instituições, sendo essa relação medida por vários indicadores, dos quais a participação eleitoral assume uma preponderância significativa.

De fato, o voto continua a ser uma componente da efetiva capacidade dos cidadãos egerem os seus representantes, avaliando em processos eleitorais regulares e democráticos, a situação dos atores/ agentes políticos Costa (2014, p.14). No entanto, a questão da abstenção continua sendo um problema que tem vindo a crescer e ganhar espaço nos atos eleitorais, de modo que os sistemas e as figuras políticas se confrontam com um desinteresse progressivo por parte dos cidadãos, um dos indicadores diretos desta

desmobilização cívica é a proporção crescente de eleitores que optam por não participar nos atos eleitorais.

Sendo um direito negado por muitos cidadãos, algo que se levou muito tempo a ser conquistado e que resultou em muitas lutas sangrentas, hoje muitos abdicam desse privilégio em não participar nas eleições bem como os assuntos políticos. Desde os anos 90, a taxa de abstenção eleitoral tem vindo a aumentar em todas as democracias representativas, bem como os votos em brancos e nulos.

Dessa forma, se numa democracia votar é a condição necessária de participação, como se justifica a não participação às urnas, o que reflete diretamente em altas taxas da abstenção, que pode colocar em dúvida a legitimidade, tanto o próprio sistema eleitoral bem como os partidos políticos, os candidatos, as instituições política, em fim toda a massa que envolve a política.

De fato há um elevado grau de abstenção eleitoral presente em todas as eleições cabo-verdianas, seja pelo não cumprimento das promessas de campanha, falta de interesse, desacreditar dos eleitores em relação aos partidos políticos bem como nos eleitos e muitas outras razões que levam com que os cidadãos optem por não comparecer às mesas de voto.

No caso cabo-verdiano, a abstenção tem vindo a crescer de forma expressiva desde as primeiras eleições multipartidárias e isto é visível em todas as eleições, com exceção parcial das eleições autárquicas.

Motivações

Uma vez que para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência política e Relações Internacionais é exigido a elaboração de um trabalho de conclusão de curso, abordando questões temáticas e teóricas relacionadas ao curso, enveredou-se pelo estudo de um tema relacionado a Ciência Política, surgindo a necessidade de estudar a abstenção eleitoral que tem sido uma questão de grande preocupação a nível interno bem como externo.

A escolha do tema deve-se essencialmente ao facto de ser um dos temas que ganhou grande espaço no seio da Ciência Política e que tem sido de grande relevância principalmente em estudar e entender quais as razões que estão na sua origem repercutam

diretamente nas eleições. Denota-se que a abstenção é um tema da época contemporânea, com prevalência contínua nas eleições de quase todo o mundo.

O presente trabalho visa analisar a evolução da abstenção eleitoral em Cabo Verde desde a implantação do multipartidarismo, as últimas eleições de forma a entender as razões de pouca aderência às urnas.

Contexto

Após a independência de Cabo Verde em 1975, depois de ser colónia portuguesa praticamente desde a sua descoberta em 1460, o país passou a ser governado pelo sistema de partido único conduzido pelo Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC/CV), este deteve o monopólio sobre o Estado e a sociedade durante quinze anos. Cabo Verde passou a ser um dos países africanos a realizar a abertura política no início dos anos 1990 e a ser governado de acordo com o sistema democrático, tendo eleições livres e democráticas.

Desde então apesar de tratar de uma democracia jovem, Cabo Verde tem sido diferenciado dos países africanos, sendo reconhecido pela comunidade internacional como um exemplo a seguir no contexto africano, bem como pela *Freedom House*. Sendo uma das poucas democracias que não retornou ao regime de partido único, por ser um país estável, livre que respeita os direitos civis e políticos, tal como está consagrado na Constituição de República. Como reforça Sanches (2018), o país tem experimentado um processo de democratização crescente de direitos políticos, liberdades civis e eleições regulares, que são avaliados como justas e livres reconhecidos pelos partidos políticos. Para além do país ter registado taxas de desenvolvimento económico e humanas bastante positivas, que coloca o país no estatuto de grupo de países de desenvolvimento médio.

Com o regime democrático, Cabo Verde passou a realizar eleições multipartidárias, mas que ao longo do período de 1991-2016 tem-se registado elevado aumento no que se refere a abstenção em todas as eleições. Sendo o voto um direito cívico que muitos cabo-verdianos insistem em não exercer. As razões para a abstenção eleitoral são várias e podem ir desde o protesto ao próprio sistema eleitoral, às forças políticas, à desconfiança em relação às instituições, revolta por não melhorar as suas condições de vida, entre outras razões que ao longo do trabalho propomo-nos questionar e podem explicar a manutenção ou até o aumento das altas taxas de abstenção.

É nessa ótica que se debruça sobre o tema de abstenção, analisando evolução nos diversos pleitos eleitorais, visando compreender as razões dessa omissão cidadã, bem como o seu impacto na política e na sociedade, saber o que está na origem de tal acontecimento, uma vez que se trata de um país com uma democracia jovem mas que já passou por várias mutações.

Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, sendo que no primeiro capítulo encontra-se o enquadramento teórico e discussão de conceitos que compõe o trabalho, o mesmo está dividido em três subtítulos, o primeiro denomina-se de abstenção eleitoral, que se encontra dividida em dois pontos, sendo o primeiro abstenção ativa e negativa e o segundo de abstenção apática, o segundo subtítulo denomina-se de participação política e o segundo de participação eleitoral.

O segundo capítulo trás a contextualização teórica e explanação dos temas cidadania e democracia participativa.

O terceiro capítulo corresponde a debilidade do sistema político e a crise da representatividade política em Cabo Verde, que encontra-se dividida em seis subtítulos, o primeiro trata-se de abstenção eleitoral na atualidade nas democracias liberais, o segundo de abstenção eleitoral como resposta da crise das democracias liberais, sendo o terceiro denominado de marketing eleitoral e a abstenção eleitoral, o quarto correspondente a problemática do voto obrigatório versus voto facultativo, o quinto apresenta a participação política como vetor da cultura política e o sexto a problemática do bipartidarismo partidário cabo-verdiana.

E por último e quarto capítulo corresponde a análise de dados que dão uma importante complementaridade ao trabalho, bem como resposta as hipóteses.

Objetivos

- **Objetivo Geral:**

Tendo em consideração o tema escolhido, para o desenvolvimento do presente trabalho de iniciação à investigação científica, tomou-se como objetivo geral efetuar um estudo evolutivo da abstenção eleitoral em Cabo Verde, tendo por foco o período de 1991 a 2016, aquando da abertura política ao multipartidarismo até à realização das últimas eleições.

- **Objetivo Específicos:**

- Entender quais as razões que levam com que as pessoas não comparecem às urnas no dia de voto;
- Perceber em que medida a carência de cultura cívica pode estar relacionado com a abstenção eleitoral.

Para dar respostas aos objetivos do trabalho, foram elaboradas as seguintes hipóteses de investigação:

- **Hipótese 1** - A participação/abstenção eleitoral varia em função do tipo de eleição, presidenciais, legislativas ou municipais;
- **Hipótese 2** - A cultura política, com destaque para a cultura cívica dos cidadãos, determina a participação ou não nas eleições.
- **Hipótese 3** - Os círculos eleitorais com maior expressão urbana tendem a apresentar uma maior taxa de abstenção, em comparação com os círculos predominantemente rurais

Metodologia

O período temporal desta investigação vai desde 1991, ano da abertura política das primeiras eleições multipartidárias em Cabo Verde, até ao ano 2016, em que foram realizadas as últimas eleições. A metodologia adotada para o referido estudo, baseia-se nos procedimentos básicos, mas fundamentais à elaboração dos trabalhos de iniciação a investigação científica. Assim optou-se pelo método qualitativo, onde recorreu-se as técnicas de levantamento de pesquisas de fontes bibliográficas com o objetivo de apresentar os conceitos de vários elementos que compõem o tema em análise, através de livros, artigos, trabalhos e estudos publicados e *sites* da internet, com objetivo principal de aprofundar o conhecimento sobre o tema em análise.

Teve-se a preocupação em analisar todos os dados disponíveis principalmente no que tange ao tratamento desses dados na produção dos gráficos e tabelas, onde foi utilizado o *software Microsoft Excel*, bem como o levantamento de dados oficiais agregados a todas as eleições democráticas (legislativas, presidenciais e autárquicas) no país, publicação nos boletins oficiais do Estado e uma parte da análise foi feita através de dados oficiais da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Optou-se pelo levantamento e análise de fontes primárias tais como os documentos oficiais, a Constituição da República de Cabo Verde, Boletins Oficiais e Código Eleitoral Cabo-verdiano, bem como análise dos programas do governo e dos relatórios por ele publicado.

Para o alcance dos objetivos pretendidos no estudo em confrontação e validação das hipóteses de investigação, seguiu-se a elaboração de entrevistas exploratórias, as entrevistas servem para recolher informações não disponíveis nas fontes de pesquisas de modo a serem importantes para a confrontação de informações.

Para a entrevista, foi feita a escolha das pessoas que dominam o tema em análise de modo a darem opiniões concretas que pudessem enriquecer o trabalho. Assim foi escolhido quatro pessoas ligadas a política, todos do sexo masculino, tendo todos vivenciado o período de tempo em análise. Cujos dois dos quais estão na inatividade política, sendo um deles politólogo e os outros dois ainda se encontram ativamente ligados à política, na qual um é deputado nacional e outro Secretário-geral do PAICV.

Nas entrevistas, foi utilizado um guião semiestruturado utilizando perguntas, onde os entrevistados pudessem expor suas ideias sobre o tema abordado, três deles foram

realizados presencialmente, com duração média de trinta e cinco minutos em um ambiente informal e o outro via correio eletrônico.

CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E DISCUÇÃO DE CONCEITOS

1.1 Abstenção Eleitoral

A abstenção tem vários significados e interpretações diferentes, bem como pode ser utilizado em diferentes contextos, mas tendo em conta o interesse do presente trabalho cabe defini-lo nos termos políticos.

De um modo geral, segundo pesquisas, o não comparecimento às urnas é, muitas vezes, justificado por descontentamento, falta de confiança nas pessoas nas instituições políticas, considerando que o exercício do voto não muda o curso dos acontecimentos em relação à sua vida pessoal ou familiar, ou ainda em relação ao percurso coletivo da nação. Os abstencionistas admitem à partida, que o seu voto não fará diferença, portanto o não exercício desse direito/dever manter-se-á na mesma.

Abstenção é uma palavra que tem sua origem no latim: *abstinere*, que significa abster, suprimir, privar-se de evitar. O pronunciamento do termo abstenção começa a ser usada no direito privado, como renúncia ou não exercício de um direito ou obrigação, nomeadamente a uma herança. Com o tempo o termo passa para a linguagem política, querendo significar a renúncia ao exercício de direitos políticos, nomeadamente o facto de o eleitor não comparecer para votar no dia da eleição.

A abstenção é um fenómeno que não se manifestava grande importância na arena política, sendo que não constatava nenhuma preocupação no sistema eleitoral, mesmo com as flutuações nas eleições, ao longo do tempo passou a ser um tema muito abordado no seio académico e político, de grande preocupação até próprio para o sistema político devido ao seu aumento.

“Desde os anos 90 o fenómeno tem aumentado, de forma muito expressiva, nas democracias representativas, quer nos Estados Unidos da América, quer na Europa, quer na América Latina e começou a preocupar também os políticos bem como a arena internacional, no que se traduz em uma fraca participação no ato eleitoral e contribui para o baixo envolvimento cívico dos cidadãos”.¹

Diante disso, é importante rever algumas definições sobre o termo de acordo com a percepção de alguns autores, bem como para o entendimento do fenómeno.

¹ França (2008)

Abstenção significa a renúncia ao exercício de direitos políticos, ou seja, consiste na não utilização do voto por parte do cidadão no ato eleitoral. Trata-se de uma reação à situação política existente no país, ou seja, ao não votar o eleitor está a repudiar o sistema político existente, o mesmo dizer que o cidadão rejeita as alternativas oferecidas.

Borja *apud* Costa (2017), “a abstenção é um comportamento, mas também uma expressão no quadro das liberdades de opinião e reflete a necessidade das autoridades, os governantes procurarem dar mais atenção a isso, porque a abstenção se traduz numa certa insatisfação por parte dos eleitores”.²

A abstenção eleitoral é um fenómeno que pode fragilizar a democracia em qualquer país. A maior parte das investigações sobre o assunto concentra-se em determinadas razões justificativas da abstenção eleitoral, como a descrença dos eleitores nos partidos políticos bem como pelos candidatos e como manifesto e revolta acabam por abster-se. Mais à frente constata-se com outras explicações sobre o não comparecimento as urnas.

França (2008), define a abstenção eleitoral como sendo um fenómeno mundial devido à descrença na política, o descrédito nos partidos, o fraquejar das instituições e a fragmentação da democracia representativa naquilo em que o autor chama de abstencionismo de protesto.

Ainda referindo ao fenómeno, a abstenção eleitoral em termos matemáticos, é a diferença entre o número de inscritos nos cadernos eleitorais e o número de votos contabilizados nas urnas, pelo que se depara com um “conceito fechado”, resultante da aplicação de uma fórmula matemática, mas do qual que se extrai igualmente consequências políticas muito profundas sobre a “qualidade de uma democracia” assente no voto democrático do povo (Cit. in Costa, 2006, p.77).

Segundo os mesmos autores, abster-se eleitoralmente não significa somente não votar ou não participar do ato eleitoral, pode ainda não expressar preferência por nenhum dos concorrentes aos pleitos eleitorais, votando em branco ou anulando o voto, que pretendam expressar desconfianças nos partidos políticos ou mesmo revolta face ao sistema.

² Costa (2017)

Logicamente que quando há uma participação eleitoral reduzida, que significa inversamente uma abstenção eleitoral expressiva, verifica-se uma dificuldade no processo de consolidação democrática, uma vez que a maior parte da população não se sente representada nas instituições políticas, levantando problemas como a legitimidade do sistema político. Dessa forma, se na democracia votar é condição necessária e fundamental de participação política, o aumento da não-participação eleitoral, expresso nas taxas de abstenção, pode pôr em causa a própria legitimidade da mesma, à medida que altos percentuais podem gerar um problema de legitimidade, pois revelam que só uma proporção limitada do eleitorado participa realmente do processo que representa a essência da democracia: as eleições (*Idem*).

1.1.1 Abstenção ativa e negativa

Laguna (2004), afirma que os estudos eleitorais identificam tradicionalmente a abstenção eleitoral com a ausência do exercício do direito de sufrágio ativo. Segundo o autor essa abstenção eleitoral pode ter origem num desencontro radical com o regime político, ou seja, “em que ignora qualquer forma de participação no ato eleitoral, (...) mesmo pelo convencimento nada pode mudar, ganha quem ganhar a eleição, é a tal ideia de que um voto não faz falta numa determinada eleição”.

É o que Martins (2010), considerou de cidadão indiferente, mesmo sem seu voto a democracia e a competição eleitoral continuam a funcionar. Uma outra análise feita por Freire (2002), denomina de abstenção voluntária, que chama de “abstenção política”, ou seja, aquela protagonizada por indivíduos com razoáveis níveis de recursos (materiais e educacionais) e de integração social, resolvem abster por opção estratégica a fim de mostrar o seu descontentamento com o funcionamento do sistema e/ou com os partidos (cit. in Costa, 2006, p.9).

Segundo Pasquino (1986), o termo é utilizado basicamente para definir a não-participação no ato de votar. Pode, no entanto, compreender a não-participação em um conjunto de atividades políticas, sendo definida como apatia ou alienação, o que significa que mesmo tendo direito e estar inscrito nos cadernos eleitorais, o cidadão decide em não se apresentar às urnas para o exercício do mesmo direito.

Entretanto, há outro tipo de abstenção, que é aquela forçada pelas circunstâncias, como dificuldades climáticas, indisposições ou acidentes, por viagens não previstas, enfim, por acontecimentos pessoais de índole variada. Nesse caso, não se trata de uma

abstenção voluntária, mas sim de uma abstenção forçada, à que Laguna denomina de “abstenção técnica”.

Portanto, existe uma abstenção voluntária e outra que ele chama de “técnica”, ambas caracterizadas pela não-participação no processo eleitoral, ou seja, uma abstenção não participante e esse tipo de abstenção é também chamada de “abstenção negativa” Costa (2006,p.10).

Para o autor, abster-se eleitoralmente, não significa tão-somente não votar ou não participar nas eleições, “também pode significar não expressar preferência por nenhuma das opções eleitorais concorrentes”, votando em branco ou nulo, nesse caso, trata-se de outro tipo de abstenção, a “abstenção ativa, o que significa que o voto em branco constitui uma abstenção ativa voluntária e, certamente, legítima, que em muitos países, conta como voto válido (*Ibidem*).

O voto nulo é um voto irregular, que, segundo Laguna (2004), “supõe uma discrepância formal com as regras estabelecidas e também uma discrepância material, no sentido de que não permite averiguar qual seja a vontade que o eleitor pretende expressar, ou suscita dúvidas razoáveis acerca de qual seja essa vontade”³ (*Ibidem*). A abstenção ativa, nos termos do autor, diferente da abstenção passiva, não questiona os processos eleitorais democráticos, mas põe em relevo questionamentos em relação aos partidos, sistemas eleitorais, etc. e, no limite, também pode se transformar em abstenção passiva, indicando, entre outros aspetos “os *deficits* democráticos de uma determinada sociedade” (*Ibidem*).

1.1.2 Abstenção apática

Ainda existe outro tipo de abstenção, denominada da abstenção apática. O termo foi protagonizado por Khan (1992), que a divide em duas categorias: a que ocorre por falta de incentivo próprio, tal como a indiferença imposta pela lei do esforço mínimo, ou características psicológicas do indivíduo causado pela reduzida autoestima ou baixo senso de eficácia política e que decorre de um desincentivo provocado por barreiras sociais ou pelas regras do jogo político e seu desenrolar de eleições pouco competitivas, campanhas

³ Cada país tem um Código Eleitoral que de acordo com as normas estabelecidas a Comissão determina o que é voto nulo ou não.

políticas maçantes, partidos inexpressivos ou lideranças políticas não carismáticas, o que tornam os benefícios da participação inferiores ao custo de votar Costa (2006,p.11).

Na mesma linha de acordo com Dows (1957), quando os custos são maiores que os benefícios o eleitor prefere abster-se, dado que o ganho marginal da sua participação é insignificante, ainda tratando da caracterização da abstenção, aqui refere-se a outro tipo da abstenção: o racional, os benefícios esperados do ato de votar decorrem, basicamente, da avaliação que cada individuo faz sobre as retribuições obtidas da democracia e das capacidades da sua ação para influenciar os resultados da distribuição do poder. Analisando essa lógica quanto maior for o custo, lógico que menor será a propensão para votar e vice-versa.

Para o autor, o que distingue um tipo de abstenção apática do outro é a existência ou não de interesse político subjetivo. Para Verba (1989), são chamados de abstencionistas “inibidos”, que, diferentemente dos apáticos propriamente ditos, revelam interesse por matérias políticas, mas que não se concretiza em participação devido a fatores e desincentivos externos.

Parece ser consensual, na literatura sobre o tema, que nas últimas décadas tem-se verificado um decréscimo da participação eleitoral nas democracias representativas, quer nas consolidadas quer naquelas em processo de consolidação, ao mesmo tempo em que aumenta a abstenção eleitoral. Nesse sentido perguntar-se-ia se o voto obrigatório seria a solução das altas taxas de abstenção.

1.2 Participação Política

Participar é uma forma de exercer direitos políticos e sociais garantidos pela Constituição democrática. Especificamente, a participação política caracteriza-se pelas ações coletivas ou individuais, de apoio ou de pressão, que são direcionadas a selecionar governos e a influenciar as decisões tomadas por eles. Trata-se de uma participação ativa dos cidadãos nos processos políticos, sociais e comunitários e tem como objetivo influenciar as decisões que contemplam os interesses coletivos e o exercício da cidadania.

Em sentido etimológico, o termo participação (*lat, Participatio*) significa “ fazer parte de”, “tomar parte em qualquer coisa” Martins (2004),“ter parte em”, ou seja, participar “é fazer parte de algum grupo ou associação”, ou “tomar parte em uma determinada coisa”, ou, ainda, “ter parte num negócio” dando margem para que uma

pessoa, em determinadas circunstâncias, possa participar, tanto como um espectador como um protagonista Bordenave (1983).

De acordo com esta aceção poder-se-ia afirmar que a noção de participação política remete para ideia de alguém “tomar parte na vida política”. Contudo, sendo muitas as dificuldades em delimitar a sua natureza, modos, formas, determinantes e graus, não é possível encontrar uma posição consensual quanto à conceptualização operacional desta expressão Martins (2004).

Nessa lógica, resume-se na ideia de alguém tomar parte na vida política, uma vez que é um dos direitos do cidadão participar na política pública para o bem social. Mais do que isso, é fazer parte de um determinado partido, defender as causas da comunidade e de influenciar os outros na tomada de decisões para o bem comum social. Ou seja, segundo Pasquino (2002), a participação política é entendida de forma global, realça o envolvimento dos cidadãos no processo de decisão política, enfatizando o seu papel na determinação das prioridades e funcionamento da sociedade. Com efeito, a participação política é uma das formas mais visíveis de concretizar esse envolvimento, correspondendo a “relações que decorrem sob formas, modalidades, frequências e intensidades diversas entre indivíduos, associações, grupos e instituições” (cit.in Costa, 2014, p.67).

Para Martins (2010), o requisito do máximo envolvimento é reforçado em conceções que só consideram como participação política os atos em que os cidadãos intervêm de forma plena na condução da vida política, económica e social, no sentido em que o ato de participar corresponde a um processo no qual os cidadãos, propõem, discutem, decidem e planeiam as decisões que afetam as suas vidas. O mesmo falar em uma participação ativa e contínua ou ainda a participação social, ou seja, como o instrumento da realização da cidadania. A participação política não pode ser algo estático, ou seja, participar só no ato eleitoral, mas sim fazer parte de uma sociedade informada, participando nas tomadas de decisões, quer âmbito político, quer assuntos sociais ou económicos. Só assim se pode dizer que o cidadão está exercendo plenamente a sua cidadania, uma vez que a participação constitui um requisito essencial para a realização da democracia.

Segundo Pasquino (1986), a participação política é simultaneamente um fenómeno antigo e um fenómeno recente. É um fato antigo na medida em que, a partir do momento em que se pode falar de política como atividade desenvolvida numa comunidade

organizada, existe participação política (na Grécia Antiga). É recente uma vez que se encontra estreitamente ligado, no seu sentido mais expressivo, às mudanças significativas nos sistemas socioeconómicos e na natureza das comunidades políticas.

Para haver uma participação política propriamente dita, o cidadão tem de envolver o máximo que puder na tomada das decisões tanto políticas como públicas. É justamente neste sentido que Arblaster (1987) considera que sem o envolvimento ativo dos cidadãos e sem a preocupação dos governados em “consultar o povo” não existe verdadeira participação política. Sendo assim só pode configurar uma pseudodemocracia, o mesmo dizer: uma democracia aparente sem substância, marcada pela encenação e pelo espetáculo da consulta aos cidadãos após a tomada das decisões fundamentais. Quando tal assim é, apenas podemos falar em ratificação das decisões e jamais em participação política dos cidadãos nas decisões.

Faulks (cit.in Correia 2007), defende o desenvolvimento de direito/obrigações e de participação política por forma a contrariar o estatuto passivo da cidadania moderna e a fortalecer os laços da comunidade enfraquecidos pelo individualismo moderno. Por outras palavras, há uma fraca participação política na modernidade, sendo a participação política uma obrigação, os indivíduos não se envolvem de forma passiva na vida política, não tomam parte nas decisões sociais, o que significa que há uma fraca cultura política.

A ideia de que deveria haver maior participação dos cidadãos nas decisões governamentais surge na década de 1960, com os movimentos estudantis e comunitários que passaram a exercer pressões políticas. A questão que se coloca na atualidade é como motivar os cidadãos para o envolvimento político.

Pateman (1992) argumenta que a participação mais ampla na esfera política começa necessariamente com a participação em microesferas da vida social. "As pessoas com senso de eficácia política têm mais probabilidade de participar da política do que aquelas que carecem desse sentimento". De acordo com a autora, quanto mais os indivíduos participam, mais capacitados estão para fazê-lo.

A participação política é uma reivindicação antiga, mas ao longo da história, em muitas culturas e civilizações, tal direito foi ostensivamente negado à maior parte dos indivíduos. Uma participação ativa, efetiva e massiva dos indivíduos nos processos de decisão que dizem respeito à vida comunitária, é relativamente recente, podendo afirmar-se que é uma característica das sociedades modernas e contemporâneas. Assim, os sinais

de desprezo ou de indiferença dos indivíduos pela participação democrática através do voto, expressa um dos grandes paradoxos históricos da relação indivíduo/comunidade.

Durante vários milhares de anos, os indivíduos lutaram por conquistar determinados direitos políticos, designadamente, a participação na vida política, quer na sua modalidade ativa ou passiva. Não terão sido poucos os “mártires” da luta pela participação política, particularmente nos últimos séculos. Atualmente, nas democracias liberais, a participação através do voto é uma garantia absoluta, extensível a todos, com raras exceções, traduzida na ideia de sufrágio universal, têm-se notado uma tendência crescente em abster-se da participação.

Para lá de outras considerações, pode dizer-se que, por um lado, a maior parte dos indivíduos das sociedades atuais ignoram o esforço empreendido para alcançar a participação política; por outro, julgamos, nós, os mesmos indivíduos ignoram igualmente as consequências que adviriam de uma sociedade onde imperasse a anarquia absoluta, onde não houvesse quem se interessasse pelo exercício da atividade política, no sentido da gestão pública.

Além disso, participar na política não se refere somente ao ato de participar, mas sobretudo de estarem capacitados e informados de maneira que possam ter um melhor envolvimento em todas as decisões, sejam elas de qualquer área, que podem ser social, política, cultural, económica, é ser capaz de tirar satisfação aos governantes e opinarem, é neste âmbito que Myron Weiner, (cit.in Martins, 2010), refere a participação política de um processo através do qual as pessoas propõem, discutem, planeiam implementam as decisões que afetam as suas vidas.

A participação política deve ser algo mais simples, dessa forma, há que ter uma boa relação entre os governantes e governados, de modo a haver trocas de experiências, dando assim voz ao cidadão, resultando assim de uma identificação do cidadão em relação ao sistema político.

1.3 Participação Eleitoral

Uma das formas mais usuais e diretas dos cidadãos concretizarem a sua participação política nas democracias contemporâneas é através da participação eleitoral, exercendo-o de forma direta ou por dever. Através da participação eleitoral os cidadãos têm a oportunidade de castigar ou premiar os partidos políticos e os líderes, de acordo

com a sua ação determinam a sua continuidade ou mudança. Mesmo que seja a única forma do exercício da cidadania para muitos, sendo que o cidadão não tem um papel ativo na política e manifesta-o somente em eleições periódicas, que acabam por não fortalecer a democracia.

Para Freire (2002), a participação eleitoral pode ser definida como um processo em que um conjunto de pessoas que, dispondo da capacidade eleitoral ativa, exercem o seu direito de voto na escolha dos representantes na eleição em causa. Sendo que nas democracias representativas os organismos eleitorais tem sido o canal tradicional e privilegiado de relação entre os cidadãos e o sistema político, sendo através do voto que expressam as suas preferências.

Segundo Dahl (1966), as eleições são o mecanismo fundamental não só da alternância governativa mas também devem ser a fonte fundamental das orientações para a formação das políticas públicas, como a existência de instituições políticas que fazem depender as políticas governamentais do voto e de outras expressões de preferências. Excetuando naturalmente os entraves ao exercício da soberania popular que resultam dos princípios do Estado de Direito, da proteção dos direitos das minorias ou da arquitetura constitucional livremente acordada numa assembleia constituinte expressamente constituída para o efeito.

Sendo o voto o mecanismo usado nas democracias representativas têm sido o canal tradicional e privilegiado de relação entre os cidadãos e o sistema eleitoral em expressar suas preferências através das eleições. Na mesma linha Cruz (1995), “defende que a maneira mais elementar de participar, acessível a todos os cidadãos, é a de eleger”. A participação eleitoral é um processo formal e organizativo da participação política.

Segundo Lobo & Magalhães (2009), para analisar os fatores que explicam a participação eleitoral é necessário dois blocos de variáveis como objetivo de verificar os fatores determinantes de participação eleitoral. O primeiro bloco engloba as variáveis de integração, recursos materiais e símbolos, tais como nível de escolaridade, situação face ao trabalho habitat, frequência de práticas religiosas e idade. Ainda de acordo com os autores é importante que essas variáveis reportem fatores de integração social e de recursos, tais como o conhecimento que possibilita um maior reconhecimento de símbolos e práticas dos fenómenos políticos, por outro lado, reportam fatores de condição e interesse que se projetam no espaço público político.

O segundo bloco de variáveis engloba a satisfação como interesse pela política, a saliência da identidade ideológica, funcionamento da democracia e a proximidade de um partido político. A evolução dos resultados inerentes à variável satisfação com o funcionamento da democracia indica a mudança que se está a operar no comportamento eleitoral.

De um modo sucinto, a participação eleitoral designa-se de um conjunto de processos em que os indivíduos que, dispondo de capacidade eleitoral, exercem seu direito de voto na escolha dos representantes políticos, na eleição em causa Lobo & Magalhães (2009).

A própria Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) já diz:

“Artigo 55º número 1) Todos os cidadãos têm o direito de participar na vida política diretamente e através de representantes livremente eleitos; 2) São eleitores os cidadãos maiores, nos termos da lei; 3) O direito do voto não pode ser limitado senão em virtude das incapacidades estabelecidas na lei; 4) O Estado incentiva a participação equilibrada de cidadãos de ambos os sexos na vida política.”⁴

É certo que ao longo das eleições realizadas no país até hoje, têm-se registado uma diminuição de participação política dos jovens, sendo os mais propensos abster-se. Mais do que uma disposição própria da idade, a crescente abstenção dos jovens indica a desafeição com os partidos políticos e também pelo fato de demonstrar o seu contributo somente quatro em quatro anos. Segundo a Presidente da Comissão Nacional de Eleições Maria do Rosário Pereira, preocupa-se com o processo eleitoral na medida que há uma menor participação dos jovens na vida política do país e pede maior envolvência dos partidos, comunicação social e instituições de apoio ao processo eleitoral para mudar o cenário.

Os dados mostram igualmente uma maior aderência às urnas de indivíduos do sexo masculino em relação aos do sexo feminino, em contrapartida têm-se notado um ligeiro crescimento do envolvimento das mulheres na política. Nota-se um aumento cerca de 20 pontos percentuais, entre 1991 e 2016, passando respetivamente de 3 para 17 mulheres com assento no parlamento Évora (2012). No que toca à variável nível de instrução, constata-se uma maior participação das classes ou indivíduos mais instruídos em relação

⁴ Fonseca (2012 p. 56)

aos menos instruídos. Esse comportamento deriva - se pelo fato dos mais instruídos estarem bem informados, nesses casos esse grupo de pessoas tem um nível acadêmico superior que os favorecem para opinar sobre qualquer assunto ligado a política, como podem e devem criticar e de como chamar a atenção dos representantes quando for necessário.

CAPÍTULO II: CIDADANIA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

2.1 O Conceito de Cidadania

A palavra cidadania vem do latim *civitas*, “o cidadão adere às finalidades e às regras da cidade, o que lhe vale dispor de prerrogativas, direitos e deveres que lhe confere um direito de cidade”. A cidadania passou por diversas mutações ao longo dos tempos, não se pode falar em cidadania sem se recuar no tempo, sua origem na Grécia Antiga, para estabelecer o ponto de partida do conceito de cidadania. As pessoas dotadas de privilégios juntavam-se na *Ágora* para discutirem os interesses inerentes a sociedade.

O termo moderno foi conceitualizado na Europa onde tomou o caminho certo. Em 1848 a Europa passou por várias revoluções de foro reivindicativo por parte dos cidadãos, revoluções como a inglesa, a belga, a da Grã-Bretanha, dos Países Baixos, a Suíça, a australiana, a portuguesa, entre outros que proporcionaram o derrubamento do absolutismo instaurado na Europa, a pretexto de haver uma participação mais aberta com a participação de todos uma vez que somente uma minoria desfrutava desse privilégio.

As revoluções serviram de pilar para a participação dos cidadãos na vida política de todo o mundo, mas teve a maior repercussão na Europa, onde reinava a monarquia. E uma das primeiras revoluções de fórum reivindicativo a constatar foi a revolução Americana (04/07/1776), embora geograficamente pertencendo a outro continente acabou por ter grande importância internacional para além do fato de ter conferido a independência dos E.U.A. No entanto foi a Revolução Francesa,⁵ com os seus ideias iluministas, de igualdade e liberdade que sustentava a legitimidade do poder do Estado, servindo de exemplo se espalhou pelo resto da Europa e do mundo, a origem dos manifestos foram principalmente de foro reivindicativo das estruturas socioeconómicas e da conjuntura que vivia a França que não agradava nem um pouco o povo francês principalmente os privilégios da nobreza, da burguesia e do alto clero, e por fim encontrase o povo que sustentavam a luxúria desses senhores através de altos impostos.

Com influências de ideias iluministas, iniciou-se a revolução que ficou a ser conhecida como a revolução que extinguiu a monarquia absolutista no país e que veio a suceder ao regime republicano, que defendia igualdade de todos perante a lei, significa

⁵ A Revolução Francesa refere-se a uma série de acontecimentos no ano de 1789 a 1799 que mudaram o cenário político e social da França e o resto do mundo.

que o poder já não centrava nas mãos do rei, mas sim do povo. Através desses grandes acontecimentos veio a proclamar a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, tornando universalista, aplicável a todos os todos os países e a todos os regimes. Insiste essencial na Liberdade- “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”. Aguiar (2016).

Após várias revoluções o indivíduo conquistou o seu espaço e passa a ser visto como cidadão, onde participa nas tomadas de decisões dotado de direitos e deveres para com a sociedade, que veio mudar o cenário político e social do mundo.

No entanto esse direito não abrangia toda a cidade e é neste sentido que as ideias fundadas no exemplo da democracia americana, de Aléxis de Tocqueville tem um papel importantíssimo, que explica como funcionava o direito de voto que não era para todos, este modelo estadunidense de democracia se espalhou pelo mundo tendo o voto restrito apenas aos homens a partir de uma certa renda- denominada de voto censitário (séc. XIX) e com o tempo o direito ao voto foi estendido as mulheres, curiosamente o primeiro país à ter mulheres participando na política foi a Nova Zelândia em 1893, depois disso qualquer pessoa com qualquer nível de renda e com qualquer instrução participava na política. Mas esse grande acontecimento não abarcou todos os países sendo que era algo novo no plano político, países como a Grã-Bretanha, até 1928 ainda não tinha atribuído o direito ao voto as mulheres Aguiar (2016).

O ponto comum das revoluções é o fato de que as classes sociais intermediárias se juntaram às classes sociais menos favorecidas contra a classe dominante, na expectativa do reconhecimento do *status* de cidadão, com participação política e com garantias individuais.

A noção de cidadania trás consigo a ideia de participação política, pois reproduz os direitos implícitos a participação política, os comportamentos, atitudes dos cidadãos face a vida política.

Deste modo Janowitz (cit. in Martins, 2004, p.96) a natureza aborda os seguintes aspetos:

- a) “*Aspetos morais*, que destacam os comportamentos interessados dos cidadãos relacionados com o interesse coletivo e com o bem comum,
- b) *aspetos descritivos*, relativos aos conjuntos de direitos e obrigações atribuídos a determinadas pessoas e, c) *aspetos analíticos*, que abordam a cidadania no âmbito do conjunto de defesas que o estado oferece aos seus membros, bem como nos âmbitos das oportunidades de participação política que estabelece”.⁶

De um modo abrangente o conceito de cidadania engloba os direitos e deveres que os cidadãos devem cumprir e respeitar, mais do que isso a cidadania é sobretudo uma atitude, um comportamento e uma certa forma de ser, estar e encarar os problemas da sociedade/ Estado onde está inserido e cabe ao estado salvaguardar esses direitos, como condição favorável para a prática da cidadania.

O termo cidadania extrapola mais do que um cidadão dotado de direito e deveres para com a sociedade, Monteiro (2012), diz “ que em princípio a cidadania refere aos direitos e às obrigações nas relações do estado e do cidadão, que implica recorrer a aspetos ligados á justiça, vida digna das pessoas, direitos, inclusão social, (...), defender a causa coletiva e pública no âmbito de Estado-Nação” por outras palavras para um bom exercício da cidadania, o cidadão deve estar bem informado para tomar parte nas decisões políticas, quer da comunidade quer no plano nacional, questionar ao estado este acaba por garantir a segurança das pessoas salvaguardando os direitos fundamentais, não somente ao mero exercício do direito do voto- plena realização da cidadania.

Na mesma linha Dahl (1991) refere que a cidadania não se reporta meramente direitos de votar nas eleições, incluem-se também direitos de fazer oposição aos governantes e às suas políticas, bem como os direitos de associações.

Deste modo a cidadania não pode referir-se exclusivamente à esfera política, compreende a dimensão social (as associações), trabalho (os sindicatos), económica, jurídicas, culturais entre outras esferas, dotadas de todas essas práticas que o define como membro da sociedade, ao fazer uso desse conjunto de práticas para o bem social, está-se a desempenhar o real significado da cidadania.

⁶ Martins (2004 p,96)

De certo modo, a cidadania e a participação política estão interligados, há uma relação entre elas para o bem-comum da sociedade. É o que Martins (2004) vem dizer, a relação entre a cidadania e a participação política destaca o sentido de pertença a uma comunidade política, assente na ideia de que a verdadeira cidadania só se verifica quando existe no indivíduo a consciência de importância do seu contributo para a realização de fins coletivos.

Na mesma linha Dahrendorf (1994) destaca que um dos aspetos centrais da cidadania é o que se refere à oportunidade de participação na vida de uma comunidade. (...) de fazer parte da formação das leis que abarca todos os cidadãos. O autor evidencia claramente que ao tratar da cidadania ela não diz respeito somente aos direitos de participação dos cidadãos, mas também a ideia de que o cidadão participa e exerce seu direito, ou seja, agindo de forma voluntária e cooperando em todas as esferas e principalmente social.

No caso de Cabo Verde, após a proclamação da independência nacional, instaurou no país um documento que passou a ser uma espécie de constituição denominado de Lei sobre Organização Política do Estado (LOPE), definindo os órgãos de poder e do Estado e a orgânica jurídico-política para a governação e a administração do país, este dotava de artigos que impediam o povo de qualquer participação política. Assim, o seu primeiro artigo instituía que a soberania reside no povo e é exercida no interesse das massas populares que estão estritamente ligados aos interesses do partido, ao mesmo tempo era a força política dirigente da sociedade.

Sendo a única força política (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundada pelo Amílcar Cabral a 19 de setembro de 1956) no país não dava possibilidade de criação de outros partidos políticos. Assim como o artigo 8º, que diz respeito a eleição do Presidente da República que é o chefe de Estado e Comandante Superior das Forças Armadas Revolucionárias do povo, o que mostra uma clara inexistência de participação política do povo no que se trata da eleição do Presidente da República. Não se trata aqui de uma eleição, mas sim uma nomeação que veio da parte do partido político Silva (2008).

Esses artigos englobam ainda outros elementos constituintes do Estado como os tribunais, que não desempenhavam o verdadeiro papel da justiça do povo, ou seja, não se podia contrariar os objetivos do partido, a participação do povo era restrita, não cabendo a ele decisões referentes a organização do Estado, esses pertenciam ao próprio partido.

A LOPE não respeitava nenhum direito do povo, este não exercia os direitos da cidadania, qualidade pertencente a qualquer cidadão tendo em conta que na democracia o poder pertence ao povo.

Até então o único Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAICV) limitava qualquer tipo de oposição, o que significa que a própria sociedade civil não podia se inteirar completamente dos assuntos estatais.

O povo cabo-verdiano estava oprimido de qualquer forma de participação política, privado de liberdade de expressão, em que quem estivesse contra os objetivos defendidos pelo partido eram punidos pela Polícia Internacional e da Defesa do Estado (PIDE), mesmo rádio, televisão e a imprensa escrita estavam sob tutela do partido único.

Em meados dos anos 80 emergiu a criação de algumas associações como é o caso da Juventude Africana Amílcar Cabral de Cabo Verde (JAAC-CV), a União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde- Central Sindical (UNTC-CS), a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) e a Organização Pioneiros Abel Djassi de Cabo Verde (OPAD-CV), sob tutela do partido, no qual essas associações dependiam inteiramente do partido, todo aquele que necessitasse fazer parte delas tinham que passar por formação ideológica baseada nas orientações do partido, Évora (2004), isso mostra claramente que não havia liberdade sindical mesmo tratando dessas existências das associações, que eram limitadas ao seu funcionamento, agiam de acordo com as regras estabelecidas pelo próprio partido, até aqui o cidadão ainda estava fora do contexto político do exercício da cidadania.

De um modo geral a sociedade civil, tiveram entraves que dificultaram essencialmente a sua emancipação e fortalecimento, o que contribui de forma direta para que a sociedade civil se torne dependente em relação ao estado.

Com a revogação do art.º 4º da Constituição e a institucionalização do princípio do pluralismo, Cabo Verde tornou-se um dos pioneiros no processo de abertura política ao multipartidarismo entre os países africanos de língua oficial portuguesa Évora (2009).

Não obstante após as primeiras eleições livres, justas, secretas e multipartidárias de 1991, o povo cabo-verdiano viveu uma história bem diferente do após a independência. Com um quadro político diferente com liberdade de expressão, mais distribuição e equilíbrio de sistema de poderes bem como o enraizamento da democracia representativa, e principalmente da cidadania política, cultura e social, uma mudança a nível constitucional e entre outras modificações que proporcionaram o surgimento de outras

forças políticas de menor peso. Como já se tinha referido em outras linhas a participação de outros partidos políticos nos atos eleitorais como Partido da Convergência Democrática (PCD), (PRD) Partido da Renovação Democrática, Partido do Trabalho Social (PTS), Partido Social Democrática (PSD), Aliança Democrática para a Mudança (ADM) e o Partido Popular (PP). Esses últimos pequenos partidos têm concorridos individualmente, coligando-se, apresentado as listas dos candidatos desde 1995. Entretanto não foram capazes de disputar a supremacia dos dois grandes partidos Sanches (2013).

2.2 Democracia Participativa

A democracia ao longo dos tempos evoluiu, na medida que os cidadãos sentem necessidade de estar mais engajados na participação política, daí os cidadãos passarem a ter um contato mais direto na tomada de decisões e a própria sociedade de uma forma exige que os cidadãos tenham um papel decisório.

Com os grandes movimentos revolucionários dá-se os primeiros passos da democracia participativa o que possibilita o exercício do direito à cidadania, conquistado aos poucos, a própria conjuntura social e política exige aos cidadãos á ter um papel mais dinâmico e mais ativo na sociedade, de forma a intervir, propor e tomar certas decisões que lhe cabe para o bem comum social, ter o máximo envolvimento nas decisões públicas, a todos os níveis, basicamente é isso que fundamenta o Estado democrático de direito, sendo uma das ferramentas a possibilitar o exercício de uma cidadania plena.

A conceção de Rousseau, parece servir de apoio às propostas suscitadas pela corrente da “Nova Esquerda”, que nos anos 60 e 70, ajudou a concretizar a moderna ideia de democracia participativa que recupera as virtudes da sociedade participativa, assente na necessidade de o poder ser exercido ao mínimo nível possível (cit.in Martins, 2004). E é neste sentido que foi criado os primeiros grupos de sindicatos, que alargam da esfera política a áreas sociais e ao trabalho, que passaram a defender os direitos dos trabalhadores.

Ainda Rousseau defende que a democracia participativa é o tipo de democracia que respeita a opinião do indivíduo, lhe dá oportunidade de participar no debate nas questões políticas, para o autor é o tipo de democracia que apoia as minorias, uma vez que também são ouvidas (cit.in Santos, 2011).

Mais do que isso, como aborda o Bachrach (1980) o pronunciamento da democracia participativa baseada no autodesenvolvimento do indivíduo; um novo método político com fins éticos, que reconhece o interesse político numa lógica de resultados em função dos fins, a igualdade no exercício do poder, a esfera política como espaço de tomada de decisões que afetam significativamente os valores da sociedade e o objetivo de alargar e enriquecer o processo democrático.

A democracia participativa assume, como princípio, que a maioria dos indivíduos ganhará em respeito próprio e desenvolvimento através de uma participação mais ativa nas decisões políticas públicas. Assim, a verdadeira teoria da democracia deve explorar a natureza bidimensional da ação política, autodesenvolvimento político de todos os indivíduos e o principal meio para atingir esse fim, a participação efetiva e igual, em todos os níveis de decisão pública (cit.in Martins, 2004 p.171).

Na mesma linha já com uma análise mais profunda, Huntington (1994) defende que a democracia deve incluir aspetos substantivos, deve permitir que os governantes sejam eleitos por meio de eleições livres, populares e periódicas, deve garantir que haja um controle civil sobre a política, que os detentores dos cargos governamentais sejam responsáveis por seus atos, que haja transparência na política, que existe oportunidades e garantia de condições igualitárias para todos os indivíduos e muitas outras virtudes civis (cit.in Évora, 2004).

A democracia evoluiu ao longo dos tempos, tornando-se assim mais liberal e por vezes, perde a sua verdadeira essência e originalidade, a mediada que tem vindo a acompanhar a evolução da sociedade, assim, veio a modificar e ela poderá correr o risco de se corromper, já que se encontra continuamente diante de obstáculos não previstos que precisam ser superados sem que se altere a sua própria natureza. Está obrigada a se adaptar continuamente à invenção de novos meios de comunicação e de formação da opinião pública, que podem ser usados tanto para infundir-lhe nova vida quanto para entorpecê-la Bobbio (2000).

Bobbio (2000) evidencia, então, o parecer de que a democracia está em constante processo de transformação, dada a sua própria dinâmica e seus esforços de procurar dar respostas a novas demandas que se colocam a cada nova conjuntura. Está-se, assim, perante o que se poderia caracterizar de ambivalência congénita da democracia: um corpo que produz crises e tensões e está sujeito a recorrentes défices de identidade e de legitimação Silveira (2005).

A análise fenomenológica da democracia conduz-nos ademais, à notável constatação de que, independentemente da caminhada evolutiva das culturas políticas, das flutuações das ideias e da estratificação das estruturas jurídicas, as democracias mantiveram-se, ao longo da história, axiologicamente vinculadas a ideia matriz de democracia (*Ibidem*).

De acordo com o mesmo autor, o sistema pluripartidário, a liberdade de expressão, a eleição dos órgãos de soberania num quadro constitucional universalmente aprovado e a aplicação dos Direitos Humanos são, cada vez mais os elementos definidores de uma democracia representativa, um Estado de Direito Democrático (*Ibidem*).

Para concluir a democracia que prevalece hoje segundo Silva (2004), conceitua democracia como a realização da igualdade, da liberdade e da dignidade da pessoa humana. Para ele o Estado Democrático funda-se no princípio da soberania popular, que Silva não é um valor fim, mas sim, o meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana, onde o poder repousa na vontade do povo, sendo o princípio democrático garantidor dos direitos fundamentais da pessoa humana.

CAPÍTULO III: DEBILIDADE DO SISTEMA POLÍTICO E A CRISE DE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA EM CABO VERDE

Uma das preocupações mais candentes dos estudiosos contemporâneos dedicados a teoria democrática, se encontra no diagnóstico de crise da relação entre a esfera civil e a esfera dos representantes políticos, pois se considera haver um distanciamento incômodo na divisão de trabalho político desses agentes Manin (1997). Na mesma linha Muncy & Hans (1999, 1987) defende que um dos problemas básicos das democracias representativas modernas se centram na excessiva distância entre o corpo eleitoral e as instituições de governo, o que se denomina de crise das democracias representativas.

Muitos dos autores defendem que a crise democrática/política que se instaurou em todo mundo está derivado da carência de legitimidade do regime democrático, comprovada segundo eles, por fenômenos crescentes como a apatia, o cinismo, a insatisfação e a sensação de cansaço do poder político por parte da esfera civil.

Um desses autores a posicionar sobre o assunto é o Gastil (2000), ao afirmar que a falta de confiança dos eleitores pelos representantes acabam por comprometer o próprio sentimento de legitimidade das instituições políticas, assim o autor defende ainda que esta carência está embebida na falta de representatividade por parte dos representantes, o que justifica a crise política, quando os interesses dos eleitores não são resolvidos que por normalidade são os mesmos defendidos pela sociedade, a falta de diálogo entre os eleitores e os representantes são todos aspetos que se manifestam na crise democrática/política. Ainda se pode notar que há uma falta de fiscalização e avaliação à atuação e ao desempenho dos eleitores em relação aos seus representantes.

Continuando, segundo Martins (2010) essa proximidade constitui um mecanismo importante do aumento da participação política e uma relação de afastamento funciona em sentido contrário, resultando, com expressão prática, no desinteresse dos cidadãos pela atividade política e partidária, na falta de confiança nas instituições representativas, na apatia face a atos eleitorais geralmente expressa na abstenção, entre outros comportamentos considerados negativos ao funcionamento dos sistemas políticos.

O que se depara hoje é uma democracia com carência de intervenção dos cidadãos na participação política, onde se pode notar o envolvimento dos cidadãos apenas nos atos eleitorais, o que já é reduzido, sendo um pouco apáticos não participam nas decisões da comunidade, em protestos, em associações políticas e sociais, nas políticas públicas ou

quando é feito é por um reduzido número de pessoas. Ao discorrer sobre esse assunto torna-se imprescindível não falar da cidadania, no caso de Cabo Verde ainda está muito aquém do esperado, talvez por tratar-se de uma democracia jovem com cidadãos muito apáticos, pouco informados, não contestam ou se contestar é uma minoria.

Para o entrevistado número um a existência de políticos com discursos coerentes, sérios, honestos, humildes e rigorosos no cumprimento das suas missões e por atitudes corretas tornam referências para a sociedade, será o maior motor mobilizador de todo e qualquer eleitor consciente e interessado que o seu voto contribui para escolher os políticos mais capazes para o país.

O entrevistado número dois é da opinião que a abstenção é cada vez maior, já que os eleitores perdem confiança nos eleitos como no funcionamento das instituições, portanto é um reduzido número que ainda vota.

O entrevistado número três defende que o cidadão atente deve acompanhar a dinâmica política do seu país e esses são os que tem uma ocupação profissional, nível de escolaridade razoável para questionar e informar e tem maior interesse em escolher os seus representantes. As pessoas que não participam são as que estão em desemprego, elevada taxa de população do mundo rural, esses são fatores que podem estar ligados a abstenção.

O entrevistado número quatro é de opinião que são as circunstâncias sociais que ditam a abstenção/participação.

De acordo com Miguel (2003), a causa dessa apatia dos cidadãos não é necessariamente resultado da alienação civil, ela é atinente aos aspetos problemáticos que caracterizam a relação entre a esfera política e a esfera da cidadania. O autor acredita que fatos como não comparecimento às urnas, desconfiança crescente dos cidadãos, pouco interesse pela política e instituições bem como os partidos e representantes, são resultantes de que os cidadãos não possuem espaços efetivos de influência.

3.1 Abstenção Eleitoral na Atualidade nas Democracias Liberais

A abstenção é um fenómeno que tem sido de grande preocupação a nível nacional e internacional, muitos analistas têm abordado sobre o fenómeno no campo de ciência política para entender certos comportamentos eleitorais, visto que há uma tendência generalizada do fenómeno. Alguns estudos mostram que a justificação do aumento da abstenção na atualidade está ligada ao desinteresse por parte dos eleitores em relação aos governantes bem como os partidos políticos, o que testemunham uma contínua desafeição e alienação democrático da maior parte dos cidadãos.

A abstenção é algo que tem levantado várias questões e procura de muitas respostas que possam justificar a sua tendência crescente nas democracias contemporâneas, uma vez conquistado o direito do sufrágio universal e se alargou o referendo e o direito de iniciativa legislativa popular, a liberdade de criar organizações ativas e políticas onde também se ampliou o direito de cidadania política de modo que os cidadãos são livres de escolher quem os representar, tomar parte em todos os assuntos que afeta a sociedade, estar devidamente informado participando na política, entre outros privilégios que o cidadão ganhou ao longo de várias conquistas. Mas o que se tem notado é que com todos os direitos atribuídos aos cidadãos e conquistas em muitos casos resultantes em lutas sangrentas, resultam hoje em os eleitores escolherem em não participar nas decisões políticas e em consequência disso tem direcionado a um contínuo crescimento da taxa de abstenção eleitoral.

Sabendo que a abstenção tem rondado os números altos nas eleições realizadas em Cabo Verde em muitos casos, maior que número de voto nacional, o que pode colocar a democracia em risco, a CNE assinou um contrato de financiamento para implementar o projeto “Participe Cabo Verde” com cooperação com a União Europeia (U.E), financiado em 300 mil euros (trinta e três milhões de escudos cabo-verdiano) a fim de reduzir a abstenção eleitoral e para o aumento da participação eleitoral e o público-alvo são os jovens e as mulheres, sabendo que é a classe onde se manifesta o maior número de abstenção no país. Esse acordo tem como objetivo formular a cultura política e com isso combater a tendência crescente da abstenção que paira as eleições Cabo-verdianas nos últimos tempos Anon (2015).

O processo eleitoral cabo-verdiano não tem conseguido dar resposta à forte abstenção que tem crescido muito, em parte, devido a obrigatoriedade de votação ser feita

no local de recenseamento e como pode-se constatar, devido a dispersão geográfica das ilhas do arquipélago, vários eleitores que são naturais de outras ilhas/concelhos são “obrigados” a votarem no local de residência.

E para colmatar o fenómeno de abstenção têm-se discutido a possibilidade da introdução do sistema de votação eletrónica em Cabo Verde com obrigação de proporcionar um aumento das oportunidades de voto, ou seja, crie maior número locais onde se torna possível exercer o direito de voto e não obrigatoriedade de o eleitor se apresentar nos locais de recenseamento Tavares (2010).

Comparando Cabo verde com outras democracias mais consolidadas como a Roménia, com uma taxa de abstenção de 60,55%, França com 56%, Portugal com 51,4%, entre outros exemplos que poderiam estar aqui, Cabo Verde está abaixo desses países, mesmo tratando de realidades e conjunturas diferenciadas. Nessas democracias consolidadas os cidadãos não têm interesse em votar uma vez que as instituições estão bem estruturadas e funcionam bem, somente em casos de crise política, económicas, confronto social, que o cidadão tem maior engajamento nas eleições. Como é o caso de Portugal entre 1976 a 1980, os cidadãos foram chamados três vezes as urnas devido ao clima de instabilidade económica, fez com que o Fundo Monetário Internacional interviesse no país. Bem como as sucessivas coligações e alianças dos partidos políticos, fez-se aumentar a taxa de não se sentirem motivados a votar, visto que não existe necessidade de mudança Notícias (2019).

Para Évora (2004) a abstenção eleitoral em Cabo Verde está ligado ao passado colonial extremamente repressivo, juntamente com os anos de regime autoritário e o fato de os primeiros anos de democratização terem sido marcados por muitos acontecimentos que marcaram uma certa continuidade com o passado, acabaram por produzir uma cultura política passiva de baixo engajamento cívico e de pouca participação popular.

O entrevistado número um defende que a abstenção eleitoral em Cabo Verde, por um lado eleitorado a participar nas eleições e por outro, pelo baixo nível de cultura cívica que impede de exercer o direito de voto.

Para o entrevistado número dois a abstenção é prejudicial a democracia, pois significa representantes. Trata-se de um desafio que a sociedade deve enfrentar com sensibilização e capacitação das pessoas para a cidadania. Todavia a abstenção é uma posição de voto e uma elevada abstenção significa que a proposta apresentada não

corresponde às expectativas do indivíduo, o que muitas vezes leva a perda de confiança. Defende ainda que abstenção é um denominador que deve ser analisado mesmo nos países com voto obrigatório.

O entrevistado número três entende que a abstenção tem a ver com a cultura cívica e que é difícil medi-lo sabendo que se trata de uma democracia jovem, dados registados da abstenção até agora leva-nos a refletir sobre o assunto, é preciso que os cabo-verdianos tenham consciência nas escolhas dos representantes e exercer o voto. Os cabo-verdianos interessam-se pouco por assuntos políticos e reclamam muito pelas ações dos políticos na hora de participar na política não o faz.

O entrevistado número quatro é da mesma opinião que Cabo Verde é uma democracia jovem, a abstenção é resultado da fraca cultura política.

Dados oficiais do INE permitem concluir que existe uma profunda apatia no eleitorado, a taxa ultrapassa os 50% e em alguns casos chega a 70%. Razões de ordem técnica e características do perfil do eleitor da diáspora explicam as taxas de participação/abstenção daqueles círculos. Persistem dificuldades das autoridades eleitorais em operarem com eficiência nos círculos estrangeiro, a questão da prova de nacionalidade cabo-verdiana para inscrição nos cadernos eleitorais é apontada pelos partidos políticos como um constrangimento. Os vários atores implicados no processo eleitoral apontam também a falta de políticas e medidas de integração da diáspora com Cabo Verde. A integração dessa diáspora é vista como um fator importante para a participação política e na ausência dela, o eleitor opta pela apatia em participar dos processos eleitorais (cit.in Évora, 2012).

Nas três eleições periódicas realizadas em Cabo Verde pode-se constatar que a abstenção eleitoral é um assunto que tem preocupado as entidades políticas no país, tendo em conta que há uma flutuação do fenómeno. A abstenção eleitoral à cada eleição realizada no país há uma tendência do seu aumento. A elevada taxa de abstenção a nível nacional constitui um forte indício de que uma parte do eleitorado não se revê nas políticas dos principais partidos políticos (cit.in Andrade & Veiga, 2012).

3.2 Abstenção Eleitoral como Resposta da Crise Democrática

Nas democracias representativas, votar é uma condição necessária e fundamental da participação política, envolvendo maior número de indivíduos, já que para muitos é a única forma de legitimar esse direito de intervir na vida política, escolhendo os seus representantes através de eleições periódicas, livres e justas, Costa (2014) no entanto muitos acabam por negar esse direito, a abstenção acaba por ser a melhor solução nesses casos, muitos são os motivos que leva com que um eleitor não compareça as urnas no dia das eleições. O que põem em dúvida a legitimidade do sistema político, onde uma percentagem significativa da população se digne a comparecer nas urnas. Embora Bourdieu (1984) afirma que a abstenção eleitoral é uma das condições para o funcionamento do sistema e não uma externalidade, isso quer dizer que a ausência de resposta, voto e /ou opinião não enfraquece a legitimidade do sistema, pelo contrário, reforça a legitimidade da menos competente que conduz o processo.

Desde os anos 90 que esse fenómeno tomou poder nas democracias representativas, principalmente na Europa nos E.U.A e na América Latina. Em grandes partes da democracia representativa têm-se acompanhado diferentes graus de desinteresse da participação política e um crescente afastamento e insatisfação dos cidadãos com o funcionamento das instituições ou canais formais disponíveis em desfrutar do exercício da cidadania, quando isso não é feito reflete na redução da participação eleitoral, o que condiciona o processo eleitoral refletindo na taxa de abstenção que tendencialmente tem crescido de um modo geral, tendo repercussões na atual crise democrática, já que a afluência as urnas é bastante reduzida, no que se expressa nos altos índices de abstenção eleitoral.

No entanto, a abstenção eleitoral não pode ser vista como uma ameaça a legitimidade do sistema eleitoral, mas sim como manifesto ao desagrado dos cidadãos em relação ao sistema político e aparece como um sintoma de crise do processo de democratização. Pelo que pode ser considerada “um aviso à classe política” e manifestação do “desencontro entre a oferta eleitoral e as propostas oferecidas.

O entrevistado número um é da opinião de que a crise democrática é fruto da crise de falta de líderes políticos focados em resolver os problemas do país, nomeadamente as áreas de saúde, educação, agricultura, pesca, transporte entre outros. Para o eleitor se não

houver solução para problemas que afetam essas áreas é lógico que não vão votar e leva com que haja fragilidade democrática, mas não da sua crise.

O entrevistado número dois acha que há uma crise de valores em Cabo Verde e em consequência a fragilização da democracia, sobretudo de uma democracia representativa que não estando a prestar os serviços desejados, deve dar lugar ao exercício de uma democracia participativa nos seus moldes. A alta taxa de abstenção confere menos legitimidade do ponto de vista moral, embora estando eleito os órgãos não se preocupa com esta questão e dá como exemplo as últimas eleições presidenciais com elevada taxa de abstenção.

O entrevistado número três defende que não se pode falar em crise democrática sendo que a democracia cabo-verdiana é jovem e em constante processo de evolução, sendo de referência em África, para analisar a questão de abstenção tem a ver com variáveis como escolaridade, desemprego, condição social, económica, entre outros bem e principalmente com a carência de cultura cívica que estão intrinsecamente relacionados com a taxa de abstenção.

Enquanto o entrevistado número quatro acha que não se pode falar de uma crise democrática, embora há maior taxa de abstenção porque as pessoas participem menos, isso tem a ver com a cultura cívica.

Por outro lado, essa fraca participação acaba por atingir a legitimidade democrática, quando as taxas de participação dos cidadãos nos diferentes atos eleitorais, têm notado pelo um decréscimo acentuado nos tempos tendo impacto na própria legitimidade democrática.

As amplas lutas políticas e sociais do passado, pela democratização do voto vêem-se hoje confrontadas com desvalorização desse direito. É caso para questionar por que razão o ato central de participação dos cidadãos, o voto, é tão pouco estimulante para um elevado número populacional?

O atual modelo padece de muitas fragilidades e uma delas constitui a deficiência de participação dos cidadãos na discussão e na tomada de decisões sobre assuntos que tem impacto na vida diária. Junta-se a esse déficit de prestação de contas por parte dos representantes o que leva ao afastamento e a abstenção.

3.3 O Marketing Político e a Abstenção Eleitoral

As propagandas nas campanhas eleitorais já não são suficientes para fazer a sociedade aceitar as ações sociais como puramente benéficas e que atendessem aos seus anseios. Desta lacuna, surge o marketing eleitoral, para o qual é necessário conhecer o que o povo anseia, para então implementar ações sociais capazes de atender ou minimizar esses anseios, adequando-se aos interesses do candidato.

Mundialmente o marketing eleitoral é muito utilizado em processos eleitorais, demonstram em várias ocasiões, sua eficiência e eficácia. Não obstante, quando mal utilizado de maneira equivocada, pode levar a erros até conduzir ao insucesso nas campanhas com claras oportunidades de reais vitórias.

Para Manhanelli (1992), o sucesso do marketing eleitoral consiste em implementar técnicas de marketing político e comunicação social, de forma a angariar a aprovação e a simpatia da sociedade, construindo uma imagem do candidato que seja sólida e consiga transmitir confiabilidade e segurança à população, elevado a seu conceito em nível de opinião pública.

Marketing eleitoral segundo (cit.in Almeida & Sette, 2019 p.6) é de curto prazo, isto é, as estratégias e táticas são montadas de tal forma que o candidato possua maior número de votos e que seja eleito.

O voto é consequência de um processo, que se dá a mediada que a campanha se desdobra, isto é, o candidato emite o seu discurso e o eleitor constrói a imagem do candidato de acordo com a sua visão de cidadão. A decisão do cidadão amadurece e pode alterar durante uma campanha que resulta na decisão ou não em participar desse ato eleitoral, de acordo com as propostas do candidato se vão de encontro aos objetivos do eleitor bem como a sociedade.

A respeito desse assunto, Cabo Verde não fica de fora, uma vez que os partidos políticos têm mostrado um significativo défice na comunicação com o eleitorado e na percepção dos seus principais anseios, não apresentando propostas ou discutindo temáticas que sejam apelativos principalmente para a camada jovem. Tais como o emprego/desemprego que por vezes não corresponde a realidade.

Os cidadãos passaram a desacreditar dos partidos políticos, principalmente no que tange as promessas de campanha não cumpridas, que levam os cidadãos a se afastarem

dos partidos, por vezes ignorando-os e quando seus interesses não se concretizarem acabam por não comparecer as urnas, já que são esquecidos pelos partidos.

3.4 A Problemática do Voto Facultativo Versos Voto Obrigatório

Entende-se por voto facultativo a plena aplicação do direito ou da liberdade de expressão, caracteriza-se mais como um direito subjetivo do cidadão do que um dever cívico e para ser plena, esse direito deve compreender tanto a possibilidade de se votar, a consciência determina, quanto liberdade de abster-se de votar sem sofrer qualquer sanção do Estado Caldeira (2019). O que significa que um eleitor que compareça às urnas contra sua vontade, apenas para fugir às sanções previstas na lei, não está praticando o ato de consciência e pode resultar na escolha do primeiro nome da lista, ou votar em alguém que não conhece (caso de votos de boca de urna) ou acaba por votar em branco ou anular seu voto.

Pelo nível de abstenção em algumas eleições, algumas vezes vêm se posicionando a favor e contra a obrigatoriedade do voto, entre outras reformas do sistema eleitoral, para aumento da participação eleitoral.

No entanto voto é a ferramenta que os cidadãos dispõem para escolher seus representantes, o que para alguns autores não entendem o porquê de o exercício ser obrigatório, sabendo que é um direito dos cidadãos de exercê-lo, por outro lado, tudo aquilo que é obrigatório tem suas consequências, a punição.

Em quase todas as democracias representativas usa-se o voto facultativo para escolher os representantes, Cabo Verde é exemplo desse modelo de voto, mas há países onde a escolha dos representantes é feito através do voto obrigatório como é o caso do Brasil, Nova Zelândia, Austrália, Bélgica, entre outros exemplos que poderia estar presente. Nesse sistema de voto os cidadãos podem ser punidos caso não comparecerem as urnas para o exercício direito cívico, significa que o voto é um dever jurídico e não um direito da cidadania ou da soberania popular. Convém referir que países com sufrágio obrigatório registam maior afluência as urnas, logo registam menor taxa de abstenção são menores Nohlen (1981).

Para o entrevistado número um, o voto obrigatório tem muitas outras implicações e é difícil de implementação em Cabo Verde, embora iria diminuir a abstenção. Parte de

opinião que o sistema deve continuar a respeitar a liberdade, ou seja o voto facultativo livre de sanções.

O entrevistado número dois parte da opinião de que o sistema facultativo é o mais correto, porque o exercício da cidadania deve ser voluntário, deve ser um ato de coincidência do dever cumprido e não de uma obrigação. Se, entretanto, fosse obrigatório seria residual, porque as pessoas não estariam propensas a perder direitos por falta de cumprimento de um dever cívico.

Já o entrevistado número três é de opinião contrária, que Caso Verde implantasse o sistema de voto obrigatório resolveria o problema de abstenção. O diferente governo tem criado condições para que possa haver maior número de voto, à cada eleição tem havido maior número de mesas, há mais informação, mais comunicação sobre o processo eleitoral, os partidos políticos fazem grandes campanhas para mobilização de votos, há várias ONGs que também contribuem para que a taxa de participação seja maior. No fundo há um grande número populacional que tem todas as informações, mas não interessam em votar, se houvesse o sistema obrigatório de voto resolveria grandemente a questão de abstenção.

O entrevistado número quatro defende que o voto deve ser livre, cabe ao cidadão decidir se usa essa liberdade de votar ou não, não deve ser por obrigação.

A questão do voto obrigatório pode trazer outros problemas, os eleitores vão as urnas escolher qualquer candidato com objetivo de dever cumprido e de safar as punições.

Segundo Nohlen (1981), a obrigatoriedade do voto muitas vezes apresentada como uma norma pouco democrática, a obrigatoriedade do voto é uma medida institucional adotada em muitas democracias estáveis. E os motivos para essa adoção costumam obedecer a critérios políticos democratizadores, tais como conseguir a participação de grupos religiosos, minorias políticas ou, simplesmente, garantir a presença da maioria nas eleições

O processo eleitoral cabo-verdiano não tem conseguido dar respostas a forte taxa de abstenção que tem crescido em todas as eleições realizadas no país, em parte devido a obrigatoriedade de votação ser feito no local de recenseamento e como pode-se constatar, devido a dispersão geográfica do arquipélago, também pelo fato da imigração interna, vários eleitores que são naturais de outras ilhas/concelhos são “obrigados” a votar nos locais de residência, logico, caso não tenha feito a transferência do recenseamento.

Para o entrevistado número um a questão da obrigatoriedade do voto no local de recenseamento necessita de revisão do código eleitoral para adaptar a realidade cabo-verdiana, visto que se trata de um país arquipelágico e a própria geografia influencia nos resultados eleitorais, pelo fato de haver fácil mobilidade entre as ilhas.

O entrevistado número dois defende que para diminuir as taxas de abstenção, o código eleitoral facilita ao eleitor de mudar seu recenseamento dentro dos limites estipulados, ainda diz que em relação as eleições autárquicas, os eleitores têm mais interesse em votar no seu local de nascença do que residência e isso leva com que a abstenção seja maior nas eleições presidenciais e legislativas.

O entrevistado número três partilha a mesma opinião, em parte defende que a flexibilidade do código eleitoral cabo-verdiano o que não deveria permitir elevadas taxas de abstenção, porque o caderno eleitoral é fechado sessenta dias antes e publicado trinta dias antes das eleições, portanto antes dos sessenta dias o cidadão tem toda possibilidade de mudar o seu local de recenseamento, o código eleitoral não tem implicação no aumento da abstenção, isto está relacionado com a cultura política e a cidadania cabo-verdiana.

O entrevistado número quatro corrobora de ideia contrária, defende que a obrigatoriedade do voto no local de recenseamento determina nos resultados das eleições.

Perante este dilema interessa compreender a realidade cabo-verdiana e para isso é necessário que seja levantada algumas questões á respeito dessa matéria, bem como consultar alguns estudos feitos por alguns autores cabo-verdianos.

Como refere Évora (2004), o principal motivo para a abstenção eleitoral resulta do desencanto político dos cidadãos, por não verem os seus problemas resolvidos e também pelo fato de o voto não ser obrigatório.

Todavia, cumpre ressaltar que o voto é um dever sociopolítico, pois o cidadão tem o dever de manifestar sua vontade para a escolha de seus representantes e governantes, em um sistema representativo. Contudo, quando o Estado obriga o cidadão a votar ocorre uma inversão de direitos, pois ao invés de soberania popular no exercício do poder estatal, o que existe é a força do Estado sobre os indivíduos para legitimar o poder dos governantes, mas não existe democracia nesse ato de escolha, segundo o entendimento de Mendonça (2004).

3.5 Participação Política como Vetor de Análise da Cultura Política

A participação política é entendida como um elemento aferidor da cultura política de um determinado sistema político, na qual se destacam um conjunto de valores, sentimentos e capacidades que afetam a conduta dos cidadãos e dos governantes.

O conceito de cultura política foi muito usado nos anos 50 para entender certos comportamentos eleitorais, Mead (cit.in Santo, 2011) define cultura como “o conjunto de formas adquiridas de comportamento de um grupo de indivíduos, unidos por uma tradição comum, que transmitem aos seus filhos, e em parte, aos imigrantes adultos que vêm incorporar este grupo. Neste sentido pode dizer que a cultura é algo que define os indivíduos dos restantes, sendo valores, comportamentos, a tradição, o costume de um povo.

A expressão cultura política é usada principalmente no que tange o comportamento eleitoral, muitos autores defendem que para compreender o comportamento eleitoral de certos indivíduos é necessário estudar a cultura política desses indivíduos, bem como a cultura da sociedade onde este se encontra submetido *Ibidem*.

O filósofo Heródoto teve grande contribuição no que se refere a cultura política comparada, foi um dos primeiros a comparar a cultura política de algumas nações, a partir do século XIX surgiram outras contribuições no que se refere o desenvolvimento e interesse em comparar a política de Estados diferentes, como foi o caso de (Tocqueville, Mead, Benedict), somente mais tarde no século XX, anos 60, que se começou a aprofundar o conceito de cultura política. E é exatamente a partir dessa data que se consolida o surgimento e enraizamento do conceito de cultura política, como um instrumento essencial na análise de Ciência Política (*Ibidem*).

A partir dos anos 60, a conjuntura política e social alterou, em alguns países ocidentais, onde a cultura política começa a entrar num período de decrescimento do sentido crítico da participação política por parte dos cidadãos, passaram a envolver-se menos nos assuntos políticos (*Ibidem*).

O conceito refere-se a um conjunto de valores, sentimentos, informações e recursos que caracterizam e influenciam o comportamento coletivo na sociedade e na conduta política dos cidadãos e dos governos. É também no sentido de identidade nacional e não fique de fora as ações dos governantes para o desenvolvimento da sociedade, ou seja, a cultura política é um elemento importantíssimo para o sistema

democrático. Para Verba (1989) o conceito de cultura política, acentua os conhecimentos políticos, capacidades, sentimentos e valores dos indivíduos, dirigidos ao sistema político no seu conjunto (partidos políticos, processos eleitorais, aparelho administrativo), bem como ao próprio participante, ou seja, mais do que ser um conjunto de valores e conhecimentos, engloba todo o aparato político.

A noção de cultura política refere-se ao sentido e identidade nacional, atitudes dirigidas ao próprio participante, atitudes para com os outros, atitudes e expectativas relacionadas da ação governativa e respetivo desempenho, conhecimentos acerca do sistema político e atitudes dirigidas ao processo político e aos processos de decisão, constituem fatores de desenvolvimento das democracias (*Idem*).

Um outro aspeto inerente para a cultura política no que refere as atitudes é o associativismo, a envolvimento de cidadãos em associações leva com que os cidadãos possam ter um papel mais ativo na sociedade e ter uma cultura política forte, visto que se refere a cidadãos atentos a todos os aspetos sociais, económicos e políticos da sociedade e detentor de controlador da sociedade.

Os estudos têm analisado o fenómeno como indicador da consolidação democrática no sentido em que a cultura política respeita a estabilização de normas e de comportamentos que visam o aumento de confiança dos cidadãos como agentes.

A cultura política é um produto social, mas também um produto individual, construído a partir dos legados particulares de cada indivíduo. Perante essa caracterização Gibbins (cit.in Santos, 2011) a cultura política é o resultado da socialização na infância, educação, exposição às médias e experiências adultas com um componente de relação governamental, social e económico. O mesmo dizer que o indivíduo acaba por desenvolver a sua própria cultura, através de um maior envolvimento na sociedade, que se reflete nos valores adquiridos pelo indivíduo na sociedade, como também nos padrões de comportamento, representação simbólica, costumes, crenças e atitudes do indivíduo que o distingue dos demais.

Verba (1989) refere ao conceito de cultura política de modo que ele considera que cada sistema político está embebido num padrão particular das orientações de ação política. Ainda o mesmo autor refere a cultura política como um conjunto de padrões e sentimentos acerca da política corrente numa noção de um tempo determinado (cit.in Santos, 2011).

Mas o que se tem notado atualmente é que há um *déficit* de cultura política, marcada pela falta de participação política, há falta de conhecimento por parte dos cidadãos ou então poucos são os que se interessem profundamente por questões políticas. Deste modo o que se pode constatar é que a fraca cultura política pode condicionar as altas taxas de abstenção, visto que muitos são aqueles que pouco se interessam por assuntos políticos, são poucos curiosos, não opinam, não questionam, ou seja, não manifestam como cidadãos ativos na sociedade.

Segundo Gomes (2005) faltaria à esfera civil uma visão acurada da vida pública, um repertório suficientemente provido de informações sobre processos e conteúdos que orientam o funcionamento da sociedade política, bem como sobre o estado das coisas e das circunstâncias concretas que constituem as conjunturas políticas. O fato é que um nível relevante de interesse político é considerado, na literatura corrente sobre o tema, específica apenas uma parcela muito pequena da população.

A análise da cultura política de um povo ou de uma nação implica indubitavelmente, a compreensão de determinados fatores históricos estruturais e culturais de um dado sistema político, que numa perspectiva longitudinal produzem efeitos a longo prazo na configuração de traços socioculturais e identitários de um povo.

Sendo essa cultura resultado de experiências vividas e travadas entre os cidadãos e o sistema político que são interiorizadas pelos cidadãos mediante um contínuo processo de socialização política, pois a socialização política revela um importante elemento na determinação da cultura política de um povo (cit.in Furtado, 2016 p.23).

Neste sentido referente a cultura política cabo-verdiana é estudada de acordo com os eventos históricos que marcaram o arquipélago, que de um modo pode ter influência direta ou indireta no processo de socialização política do povo. Eventos como a colonização, a independência de Cabo Verde, a abertura política que teve grande envolvimento da massa popular aderiram de imediato em se manifestar, a democratização e consolidação democrática, com elaboração e revisão constitucional onde atribui aos cidadãos direitos e deveres bem como em relação a política que se caracteriza Cabo Verde em um Estado de Direito e na consolidação democrática, essas transformações tiveram impactos imediatos nos padrões de comportamento da população.

Embora a cultura política cabo-verdiana, a participação política e cívica dos cidadãos ser fraca participado somente quando são chamados às urnas, mesmo assim por

vezes são em números reduzidos, tendo impactos diretos na abstenção eleitoral. Os dados da abstenção eleitoral nas eleições realizadas em Cabo Verde desde a introdução do multipartidarismo revelam uma sociedade politicamente pouco participativa em que os cidadãos não estão engajados na defesa dos seus direitos ou em questões de interesse público tratando-se de cidadãos passivos.

O modelo de sistema de governação interiorizado em Cabo Verde desde a colonização ao estado democrático, houve grandes avanços, mas os cidadãos talvez não souberam aproveitar desses avanços simplesmente acomodam ao sistema e demonstram algum envolvimento apenas nos atos eleitorais.

E esse facto é visível, no processo da conquista da independência de Cabo Verde pouca envolvimento fez sentir uma minoria de dirigentes que trabalhavam com os portugueses se engajaram nessa luta, o mesmo fez-se sentir a quando a abertura política com pressão de um pequeno grupo descontente e envolvimento de uma pequena massa popular contestaram e participaram nesses eventos, altura de oportunidades de ter mais fervor do público quando o partido único determinou criação de outras forças políticas o povo não soube aproveitar, mesmo com os limites que o partido único impôs. Outro aspeto a responsabilidade atribuída ao Governo pelos cidadãos, o Governo faz tudo para o bem-estar social, no que caracteriza um certo comodismo e dependência por parte dos cidadãos em relação ao Governo.

A cultura política implementada em Cabo Verde impossibilitou a criação de uma cultura de reivindicação dos direitos dos trabalhadores, como já se tinha percebido mais atrás em relação a liberdade sindical e por conta disto o cidadão cabo-verdiano teria contentado com as políticas sindicais regidas de cima para baixo Silva (2008), ou seja, os cidadãos não estariam muito na posição de contestar qualquer coisa.

3.6 A Problemática do Bipartidarismo Partidário Cabo-Verdiano

Segundo Lijphart (2003), os sistemas bipartidários são dominados por dois grandes partidos, embora possa haver alguns pequenos partidos no parlamento.

O bipartidarismo é mantido em Cabo Verde desde as segundas eleições legislativas de 1995 quando o MPD confirma uma segunda vitória nas eleições legislativas do referido ano. Tende alternância de governo dos dois maiores partidos o MPD e o PAICV, sendo assim esses dois partidos tem conquistado a supremacia sobre o

sistema partidário, contribuindo assim para a introdução do sistema bipartidário. De todas as eleições democráticas realizadas em Cabo Verde, expressa em três mandatos conseguidos tanto pelo MPD bem como o PAICV, tem sido a causa de muita polémica e contestação pelos pequenos partidos (cit.in Andrade, et al., 2018).

O entrevistado número um, parte da ideia de que o bipartidarismo não só tem enorme influência negativa na qualidade da democracia em Cabo Verde como contribuem para péssimo debate parlamentar.

O entrevistado número dois defende que a bipolarização só existe porque ainda não se emergiu na sociedade nenhuma força política com expressão nacional de modo a dar confiança e demonstrar competência para governar o país, com propostas diferentes, inovadoras mais exequíveis. No entanto defende que ainda que em Cabo Verde não se pode falar em bipartidarismo, uma vez que há três partidos com assento parlamentar e sempre existiu outros partidos a concorrerem para pleitos eleitorais.

O entrevistado número três também partilha a mesma opinião de que em Cabo Verde não se pode falar em bipartidarismo já que sempre existiu forças e partidos políticos na disputa de pleitos eleitorais.

Já o entrevistado número quatro partilha da mesma opinião de que em Cabo Verde não existe o bipartidarismo, mas que no início da sua história política a própria circunstância levou com que o país esteve sob o sistema bipartidário, embora houve existência de outros partidos.

Por muitos anos o bipartidarismo reinou em Cabo Verde e tem a ver com a forma como a transição e a consolidação da democracia foi feita no país que se refletem posteriormente nos aspetos institucionais do regime democrático, incluindo o sistema eleitoral e partidário. Em relação a forma com que a transição do regime democrático foi seguida em Cabo Verde, neste caso por negociação onde apenas duas forças políticas o MPD e o PAICV estavam presentes, as primeiras eleições democráticas de janeiro de 1991, confere aos resultados produzidos naquelas eleições uma alternância de domínio partidário no parlamento. De uma assembleia monopartidária passa a ter a existência de dois partidos políticos e a partir desse momento nasce um sistema partidário com uma clara tendência bipartidária Évora & Sanches (2013).

Após a transição política tem surgido outras forças políticas de menor porte disputando as eleições, como a União Cabo-verdiana Independente e Democrática

(UCID), a terceira força partidária, mas não tem o mesmo peso nas eleições e no parlamento. É de notar que tem surgido outros partidos políticos na arena política cabo-verdiana tais como o PCD criado em 1993 da cisão do MPD, o PRD também da cisão do MPD, o PTS, criado em 2000 por Onésimo Silveira, o PSD em virtude de uma cisão no interior da UCID e por fim ADM criada em 2006. Recentemente outros pequenos partidos como o PP, o Basta em Boa Vista surgiu na corrida das eleições de 2016, como é óbvio, tratando de partidos com pouca força não conseguiram nenhum assento parlamentar exceto a UCID (cit.in Évora & Sanches, 2013).

Segundo Sartori (1976), num sistema bipartidário dois partidos têm expectativas claras de vencer as eleições e de poder vir a formar um governo maioritário. Isso é o que se tem notado em Cabo Verde desde a implementação do sistema bipartidário no país, tem assistido alternância de governo, ora formado pelos dois maiores partidos cabo-verdianos, de modo que os outros partidos de menor força política não têm conseguido até então formar o governo.

Pode assim dizer que os partidos de menor peso não têm “voz”, pelo fato de tratar de um país pobre os partidos enfrentam grandes desafios em termos financeiros para promover uma campanha política, os mais beneficiados acabam por ser os partidos de maior força política, para ter direito ao financiamento público o critério de alocação de financiamento depende do número de votos obtidos, de acordo com assente parlamentar, assim o partido com maior sucesso eleitoral tem direito a uma maior fatia de financiamento, o que condiciona a ascensão dos pequenos partidos (Ramos, 2012). De acordo com o Código Eleitoral de 2010, o financiamento público das campanhas eleitorais é estabelecido no Orçamento Geral do Estado (OGE) no ano em que deve haver eleições e consiste na atribuição de setecentos e cinquenta escudos cabo-verdiano por voto válido para as eleições legislativas e presidenciais e quinhentos escudos nas eleições autárquicas.

De acordo com Rodrigues (cit.in Ramos 2012, p. 89) o sistema financeiro partidário em Cabo Verde tem encorajado os partidos a optarem por uma estratégia de cartelização em nível de financiamento. Isso tendo em conta que o partido político para receber a subvenção estatal de financiamento terá de ter representantes no parlamento nacional, o que significa que os pequenos partidos que nascem deixem de existir pelo fato de não ter condições financeiras para fazer uma boa campanha, não tendo conquistado cadeiras no parlamento acabam por extinguir. E também pelo fato de esses pequenos

partidos terem menos tempo de antena na comunicação social de acordo com a proporcionalidade de cadeiras no parlamento, como é o caso da UCID, sendo a terceira força partidária com menor peso no parlamento sai em desvantagens e prejudicado com essa medida Évora (2009).

Outra situação que leva com que pequenos partidos não madurecem é devido decorre ao fato do próprio cidadão não dar oportunidade a esses partidos por estarem costumados com as disputas dos velhos partidos e por se identificarem mais com os dois maiores partidos.

Há uma concorrência entre esses dois partidos em se conquistar o maior número de eleitores como se não houvesse mais concorrentes, de acordo com Sartori (1976), num quadro bipartidário dos partidos relevantes comportam-se como agências agregadas que competem entre si, para representar o maior número de grupos e de interesses possíveis.

Ainda justificando o sistema bipartiria cabo-verdiano, o próprio CE no seu artigo 416º, Cabo Verde possui um sistema proporcional de lista fechado, combinado com o método de representação proporcional *D'Hondt*, com baixa magnitude dos distritos para a alocação de cadeiras no que justifica o insucesso dos pequenos partidos favorecendo os maiores (cit.in Évora & Sanches, 2013 p. 75). No caso de Cabo Verde o método tem ajudado ao MPD e o PAICV pelo fato de elegerem maior número de deputados nos três maiores círculos eleitorais (São Vicente, Santiago Norte e Santiago Sul) de maior magnitude eleitoral e controlando assim o legislativo cabo-verdiano e não havendo probabilidade dos pequenos partidos de eleger deputados nesses círculos.

O sistema cabo-verdiano tem uma barreira em que 5% (se aplica após o cálculo dos votos) dos votos para que um partido consiga eleger um deputado tem dificultado o sucesso dos pequenos partidos, o que culmina na instauração do bipartidarismo, conforme ressalva Évora (2009), “A preservação da maioria dos círculos eleitorais de quatro deputados, a atribuição dos mandatos pelo método *d'hondt* (reconhecido pela literatura como formula de representação menos proporcional) e abarreira de 5%, definam um sistema partidário e um legislativo com um exemplo de bipartidarismo puro” (cit.in Évora & Sanches, 2013).

O que se tem notado no sistema eleitoral em Cabo Verde, é que nas eleições ocorridas, os dois maiores partidos competem para conseguir a maioria absoluta dos assentos parlamentar, por vezes um dos maiores partidos consegue a maioria parlamentar

ou então um partido governe quase que sozinho, tende em conta que a oposição nesses casos têm menor representatividade, o que se conclui que desde as eleições de 1991 há uma alternância e rotatividade de poderes entre as duas maiores forças políticas.

Portanto, o que se pode dizer em relação ao sistema bipartidário cabo-verdiano no que tange a abstenção eleitoral é que muitos dos cabo-verdianos acabam por não comparecer as urnas pelo fato do sistema ser bipartidário, ou seja, quer o PAICV quer o MPD, o povo já tem a percepção que é uma disputa entre esses dois partidos mesmo com presença de um outro partido, não tem grande impacto para a disputa, portanto qualquer uma das duas maiores forças políticas que ganhe uma eleição nada mudará. Tratando-se de um povo desacreditado e com a perda da confiança nos partidos político bem como no próprio sistema e principalmente com as promessas não cumpridas tanto de um como de outro encontram na abstenção a melhor solução visto que muitos acham que menos um voto não muda em nada.

CAPÍTULO IV: ANÁLISE DE DADOS

Tabela 1 - Eleições Legislativas de 1991 a 2016

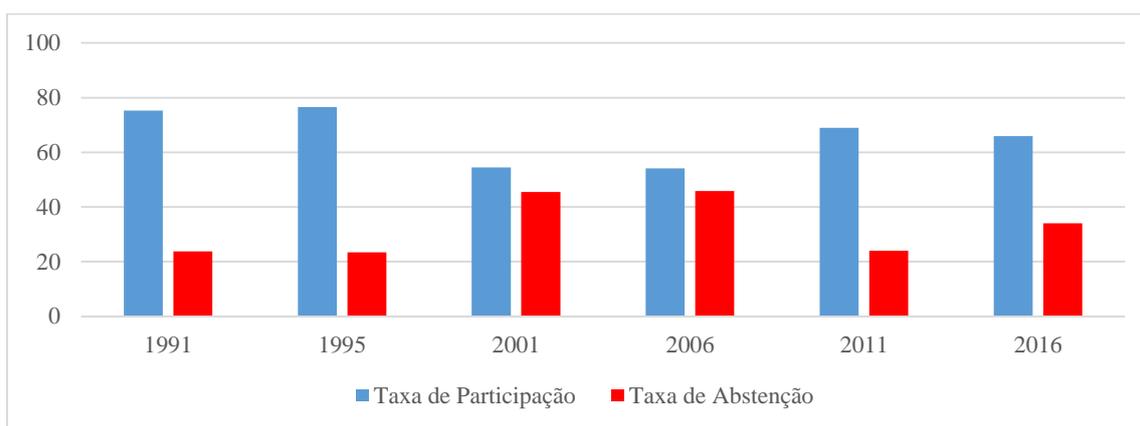
Abstenção Eleitoral nas Eleições Legislativas			
Ano de Eleição	Número de Inscritos	Taxa de participação (%)	Abstenção Eleitora (%)
1991	166,818	75,27	24,73
1995	207,648	76,52	23,48
2001	260,648	54,53	45,5
2006	322,767	54,17	45,83
2011	289,567	68,98	23,98
2016	347,828	65,97	34,1

Fonte: Concessão própria a partir dos dados da CNE.

A tabela 1 representa todas as eleições legislativas realizadas em Cabo Verde, desde a abertura política 1991 até às últimas 2016, tendo realizado no total seis eleições legislativas.

Durante este período somente as duas maiores forças políticas conseguiram chegar ao governo, tendo dividido os mandatos e a direção do Estado de Cabo Verde em período igual de duração. Tendo o PAICV governado o país entre 2001 e 2016 e o MPD tendo a oportunidade de governar o país entre 1991 e 2001, bem como a partir de 2016.

Gráfico 1 - Resultado das Eleições Legislativas em Cabo Verde de 1991-2016



Fonte: Conceção própria a partir dos dados da CNE

Da leitura do gráfico acima, pode-se constatar que os níveis da abstenção eleitoral em Cabo Verde nas legislativas tem sido instáveis. Conforme se denota o gráfico 1, nas eleições de 1991 a abstenção era de 24,73%, tendo diminuído apenas 1% em relação às eleições legislativas de 1995. As eleições de 2011, uma proporção substancial do eleitorado cabo-verdiano absteve-se (45,5%), portanto, os abstencionistas quase que duplicaram. Nas eleições de 2006 atinge o marco histórico em relação à taxa da abstenção que extrapolam para 48,83%, mesmo que o valor continuou praticamente estável e somente em 2011, a situação volta a alterar-se, a taxa da abstenção reduz-se substancialmente para (23%) e finalmente em 2016, o cenário muda por completo a abstenção aumenta para (34%).

É de ressaltar que as taxas de abstenção têm revelado níveis mais elevados nos grandes centros urbanos, como se exemplifica a tabela 4. Inúmeras são as possíveis razões apontadas na literatura política cabo-verdiana para explicar essa tendência Évora (2004) acredita que o alto nível da taxa de abstenção possa ser o reflexo do desencanto político dos eleitores perante a classe política, por essas não verem a solução dos seus principais problemas, e o fato de o voto não ser obrigatório.

Por outro lado analistas como Costa (2017) defendem que os níveis elevados de abstenção em Cabo Verde são derivados de razões de carácter voluntario e involuntário, nas razões voluntárias englobam: o tipo de mensagem usado nas campanhas, a imagem dos políticos perante os cidadãos, a similaridade das propostas política dos partidos e a corrupção eleitoral. E por sua vez a mobilidade inter-ilhas e entra-lhas, as falhas no sistema de recenseamento, as longas distâncias a percorrer pelos eleitores até às

assembleias de voto, a mobilidade externa e as inscrições indevidas constituem as razões involuntárias.

Tabela 2 - Eleições Presidenciais em Cabo Verde (1991-2016)

Abstenção Eleitoral nas Eleições Presidenciais							
Ano de	Número de	Taxa de	Abstenção	Votação (%)			
1991	159,534	61,38	38,6	A. Pereira			
				26,1	A.M. Monteiro 72,1		
1996	207,146	43,53	56	A.M. Monteiro			
				SIM	90,13	NÃO	7,78
2001	232,205	58,96	37,88	Primeira Volta			
				J.C.F	D.H.A	C.V	P,P
				3,82	3,71	45,15	45,84
				Segunda Volta			
				Carlos Veiga		Pedro Pires	
				49,42	49,43		
2006	272,002	53,10	41,01	Carlos Veiga			
				49,02	Pedro Pires 50,98		
2011	267,676	59,87	37,1	Primeira Volta			
				A.L	J.J.M	J.C.F	M.I
				27,71	1,84	37,79	32,65
				Segunda Volta			
				J.C. Fonseca		M. Inocêncio	
54,26	45,74						
2016	361,206	35,7	64,5	A.E.G			
				22,51	J.J.M	J.C.F	74,09

Fonte: Elaboração própria baseado nos dados da CNE

Por sua vez, a tabela 2 apresenta todas as eleições presidenciais realizadas em Cabo Verde, desde 1991 até 2016. Durante este período foram realizadas no total de seis eleições presidenciais, tendo os dois maiores partidos MPD e o PAICV a eleger um Presidente da República.

Nas eleições de 1996, o candidato António M. Monteiro concorreu às eleições sozinho, o modelo de votação era “SIM” para os eleitos a favor (opção escolhida por 90,13%) e “NÃO” para os eleitos contra, que foram apenas 7,78%. A afluência foi mais fraca com uma participação de 43,53% e lógico a abstenção foi maior, apontado para 56% em relação à eleição anterior. Tratando-se de um único candidato uma boa parte do eleitorado cabo-verdiano acabaram por abster, visto que os eleitores acreditaram que não se justificava comparecer às urnas, tratando-se de uma eleição ganha.

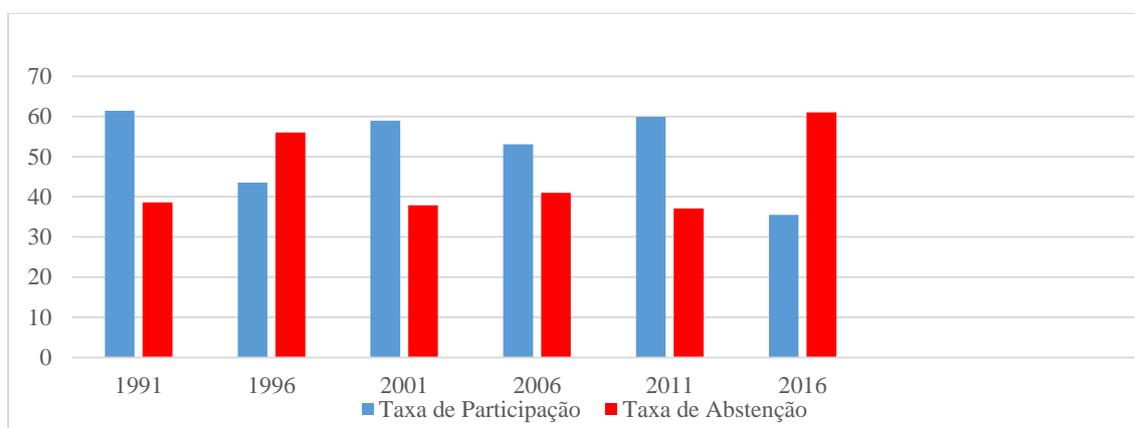
Durante todas as eleições presidenciais, houve participação de candidatos independentes como Jorge Carlos Fonseca e David Hopffer Almada, em 2001, em 2011 Aristides Lima e Joaquim Monteiro, que concorreram de forma independente assim como em 2016 o caso de Albertino Graça e Joaquim Monteiro, estes candidatos não conseguiram resultados que lhes permitissem ir a um segundo sufrágio.

Um fator a ressaltar é que as eleições de 2001 (referido ao segundo sufrágio) foram marcadas por dois candidatos, um apoiado pelo MPD (Carlos Veiga recebeu 49,02% dos votos) e (Pedro Pires obteve 50,98%) pelo PAICV, tratando-se de uma disputa renhida, com dois candidatos de um elevado peso na história política cabo-verdiana, com resultados muito próximos, que levou a um segundo escrutínio e com uma taxa de participação maior (58,96%) do que as eleições legislativas decorridas no mesmo ano, bem como a abstenção eleitoral que assolou valores mais baixo (de 37,88%).

Pois o eleitorado escolhe um candidato em detrimento do outro, ou seja, o eleitor escolhe através do voto útil, pode até simpatizar com todos os candidatos, mas não querendo que o primeiro ganhe, acaba por escolher o segundo prejudicando assim o outro.

Outro aspeto a ser mencionado é que as eleições de 2016 foram disputadas por três candidatos, sendo o Albertino Graça, pioneiro nas presidências concorrente independente com um resultado razoável, mas pelo fato de concorrer com um candidato já de passagem e experiência longa nas presidenciais, foi muito arriscado o que significa que não teria quaisquer hipóteses.

Gráfico 2 - Resultado das Eleições Presidenciais em Cabo Verde de 1991-2016



Fonte: Conceção própria a partir dos dados da CNE

O gráfico acima, pode-se constatar que a abstenção nas eleições presidenciais são irregulares, com um aumento da abstenção em 1996 com 56% em relação ao ano da abertura política, tendo diminuído em 2001, assumindo uma percentagem de 37,88% e relativamente às outras eleições os valores são próximos, com exceção das eleições de 2006 com elevada subida para 41,01% e volta a aumentar em 2016, foi o ano em que se registou maior taxa de abstenção eleitoral desde as primeiras eleições multipartidárias correspondendo a 64,5%, esse valor pode ser explicado pelo cansaço por parte dos cidadãos pelo fato de realizar três eleições no mesmo ano, por ser a última eleição muitos não mostraram disponíveis para ir às urnas. Para muitos tratava-se de uma eleição ganha por Jorge Carlos Fonseca, por considerar que os dois candidatos não estavam em pé de igualdade para concorrer.

Tendencialmente em relação aos três níveis de eleição, as presidenciais são as que envolve menor número de cidadãos, com maior taxa de abstenção.

O entrevistado número um defende que as eleições presidenciais são as com maior taxa de abstenção pelo fato do PR ter pouca influência nos assuntos que abarca o governo e de uma forma geral o país tem maior desempenho nas relações diplomáticas, e isso leva os eleitores a participarem menos nas eleições.

Na mesma linha o entrevistado número dois defende que o PR é visto como uma figura com pouco poder no que diz respeito ao estado e conseqüentemente os eleitores não têm muito interesse em votar nas eleições presidenciais.

Segundo o entrevistado número três a justificação para maior taxa de abstenção nas eleições presidenciais tem a ver com o próprio sistema político, o próprio eleitor de uma forma geral tem a percepção de que o Presidente da República é visto como um “figura de estilo”, não tendo muitos poderes, tem pouca influência na governação do país, o que leva os eleitores a absterem nas referidas eleições.

Corroborando essa ideia o entrevistado número quatro parte da mesma opinião de que o PR é dotado de simbolismo representa o país no exterior com menor poder nos assuntos parlamentares logo os eleitores participem menos nas eleições presidências, uma vez que a participação é maior na eleição autárquicas sendo que a traga-os maiores benefícios.

Tabela 3 - Eleições Autárquicas em Cabo Verde (1991-2016)

Abstenção Eleitoral nas Eleições Autárquicas			
Ano de Eleição	Número de Inscritos	Taxa de participação (%)	Abstenção Eleitora (%)
1991	173,954	55,28	45,6
1996	170,634	65,01	35,8
2000	221,316	60,3	40,2
2004	248,506	57,53	42,5
2008	252,724	80,55	19,45
2012	282,406	69,04	31
2016	320,000	58,91	42,3

Fonte: Conceção própria a partir dos dados da CNE

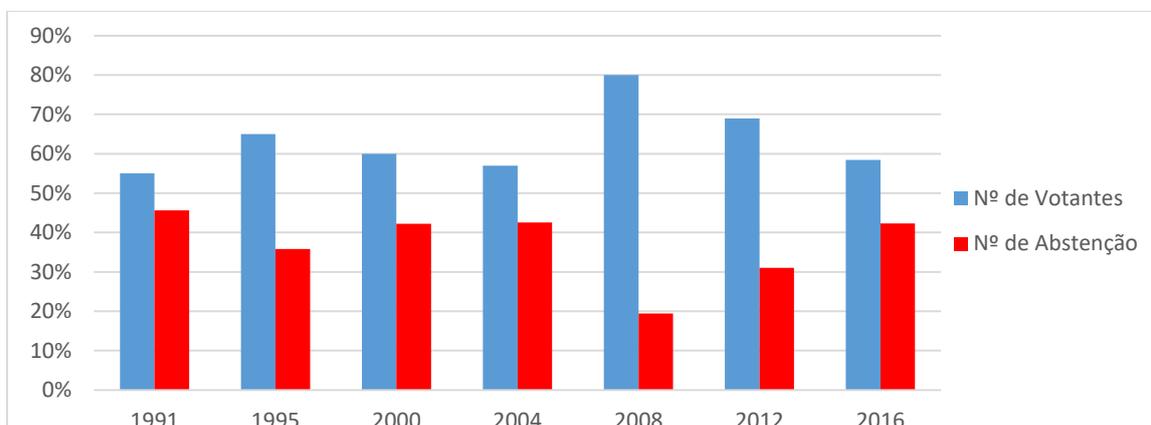
A tabela 3 representa todas as eleições autárquicas realizadas em Cabo Verde desde 1991-2016, durante este período foram realizadas no total de sete eleições, o que tem decorrido com as outras eleições, há semelhança para com os partidos políticos com representação do MPD e o PAICV em todos os círculos, sendo as duas maiores forças políticas têm dominados todos os níveis de eleição. Enquanto os restantes partidos estão regionalmente circunscritos nas ilhas de São vicente, Santo Antão e Santiago.

Embora desde o período de abertura política tenha participado outros partidos e grupos independentes, mas esses não têm conseguido chegar aos 5%, para que possam ser eleitos por algum círculo eleitoral com exceção do Movimento para o Renascimento de São Vicente (MPRS) tendo em 1991 obtido 5,96% e em 1996 conseguiu obter 10,49% dos votos, o PCD em 2000 alcançou 6,64%, a ATS conseguiu 6,97% e somente em 2016 que a UCID conseguiu ultrapassar os (5%) com 5,10% dos votos.

No que tange à abstenção é o tipo de eleição que tendencialmente direciona para menor taxa de abstenção, pelo fato de tratar de eleição onde há uma certa proximidade entre os representantes e os eleitores, o próprio eleitor tem acesso aos governantes locais, quer os vereadores, quer deputados municipais bem como o presidente da Câmara, onde tem dias que recebe os munícipes para exporem seus problemas bem como as possíveis resoluções de uma forma geral o eleitor tem maior interesse em participar nas eleições

autárquicas do que nas outras, uma vez que todas as decisões são direcionadas para o bem-estar da comunidade e canalizado em políticas públicas.

Gráfico 3 - Resultado das Eleições Autárquicas em Cabo Verde de 1991-2016



Fonte: Elaboração própria baseado nos dados da CNE

O que se pode dizer a respeito do gráfico sobre as eleições autárquicas é que há uma proximidade dos valores em todas as eleições exceto a de 2008 que tem um marco importante na história eleitoral do país, com menor taxa da abstenção de (19,45%) e com a maior taxa de participação de todos os tempos correspondendo a (80,55%). A primeira eleição multipartidária registou-se o maior número de abstenção em relação aos outros anos de eleição com 45,6%, tendo diminuído em 1996 para 35,8% tendo aumentado nas restantes eleições.

Tabela 4 - Média da abstenção (1991-2016) segundo o tipo de eleição por círculos eleitorais nacionais.

Círculos Eleitorais	Total	Legislativas	Presidenciais	Autárquicas
Total Nacional	36,44	29,75	45,61	34,19
Santo Antão	29,0	23,7	37,6	25,9
São Vicente	43,2	33,9	49,4	46,5
São Nicolau	38,1	34,1	44,6	35,7
Sal	41,5	33,9	51,8	38,8
Boavista	35,2	25,2	46,3	35,9
Maio	29,7	21,9	39,5	27,8
Santiago Norte	42,0	34,1	54,3	37,8
Santiago Sul	40,7	35,5	46,1	40,6
Fogo	31,8	27,3	42,0	25,7
Brava	33,2	27,9	44,5	27,2

Fonte: Conceção própria a partir dos dados da CNE

Com base na tabela 4 pode-se concluir que os dados oficiais indicam um maior nível de abstenção nos maiores círculos eleitorais (São Vicente, Santiago Norte e Sul e a ilha do Sal) correspondendo a maior parte taxa populacional do país, com níveis superiores à média nacional. Esses círculos geralmente são os mais urbanos, onde residem a maioria da população jovem e escolarizada dispendo de recursos simbólicos importantes que questionam a maior participação política. No caso da abstenção nesses círculos, exceto Santiago Norte, maioritariamente rural, uma hipótese a considerar, seria de que nesse círculo residir uma população mais instruída, e mais crítica com o funcionamento do sistema político, refletindo depois na taxa de participação/abstenção.

Nos círculos menores, correspondendo a uma população mais idosa, mais religiosa e menos letrada com mais disposição de votar por serem mais responsáveis, em contrapartida a taxa de abstenção é menor por ser círculos com menor percentual da população. Outro ponto a ressaltar é o fato dos partidos políticos disponibilizarem transportes para carregar os eleitores a mesa de vote de modo a debelar a abstenção, isso acontece principalmente nos círculos eleitorais menores e com maior distanciamento.

A tabela 4 indicam que as maiores taxas de abstenção têm sido registadas nas eleições presidenciais, onde a participação é menor, logo a taxa de abstenção ser mais elevada. No entanto a abstenção tende a diminuir na 2ª volta das eleições, porém em caso da realização de um segundo escrutínio a envolvimento do eleitorado é maior considerando que o seu voto é importante para uma decisão final para encontrar o vencedor.

No que tange à interpretação dos resultados da abstenção referente à eleição presidencial pode constatar que há uma certa confirmação das vitórias, tendo em conta o tipo de candidato, a concorrer e de ser apoiado por quem, ou seja, a taxa de abstenção deriva-se do candidato nomeado pelo partido, ou não (caso de independente). Isso depende se há uma certa simpatia e identificação do eleitor pelo candidato como pelo partido. Normalmente o candidato mais forte, que transmite mais confiança aos eleitores que ganha as eleições, como foi o caso das disputas presidenciais de 2016, pode-se dizer que o candidato Jorge. C. Fonseca não tinha um concorrente à sua altura para a tal disputa, sendo o candidato Albertino Graça pouco conhecido a nível nacional e Joaquim Monteiro pouco expresso na sua campanha, a intenção da vitória apontava claramente para Jorge. C. Fonseca.

As altas taxas de abstenção podem ser derivadas também das reeleições, tratando-se de um candidato que veio de um mandato já cumprido dependendo do seu desempenho poderá ser reeleito numa próxima eleição. Na medida que não tendo um candidato à sua altura o eleitorado acaba por não comparecer às urnas pelo facto de se tratar de uma vitória anunciada.

Nesse aspeto poder-se-ia comparar o candidato Jorge. C. Fonseca com o candidato António. M. Monteiro aquando a sua candidatura em 1996 onde o eleitorado foi às urnas escolher um único candidato no boletim de voto.

Pelo número de voto obtido (74,09%) em relação aos outros candidatos nas eleições presidências de 2016, leva a crer que Jorge. C. Fonseca não tinha com quem disputar.

Em relação às eleições legislativas uma das ilhas com maior taxa de abstenção é a ilha de São Vicente, com número elevado de desempregados principalmente jovem, situação económica pouco estimulante, entre várias outras variáveis que podem justificar o porquê a taxa de abstenção ser alta em São Vicente. Outro fator a ser mencionado é pelo facto de São vicente ser uma ilha com grande nível académico, com um eleitorado mais

instruído, mais capacitado, mais informado em ponderar sobre os assuntos relacionados com a política, como forma de penalizar o governo não interessem em votar.

A ilha do sal por se tratar de uma população residente pertencente às outras ilhas recenseadas na ilha de origem, portanto não podendo assim comparecer as urnas e também pelo facto da maioria da população ser trabalhadores de vários hotéis não podendo assim deslocar à mesa de voto.

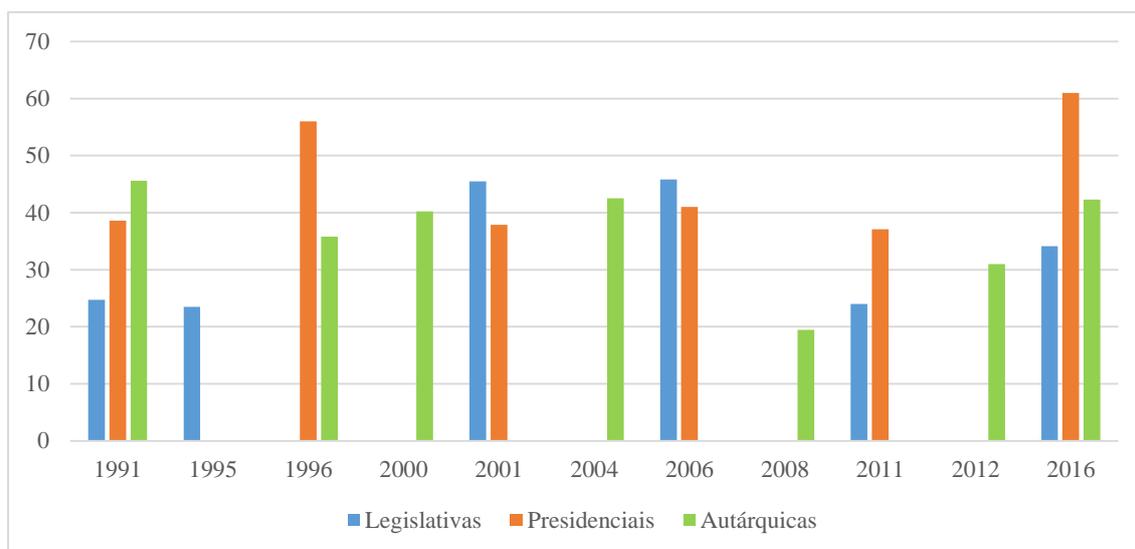
Santiago Norte a abstenção pode ser explicada pelo facto de ser constituída na sua maioria por uma população dedicada ao serviço do campo e do gado, com pouco conhecimento e interesse pela política optando por não ir votar e ocupar dos seus afazeres.

Santiago Sul, constituída por uma população bem informada dos assuntos relacionados a política e por vezes como protesto de não cumprimento das promessas de campanha não comparecem às urnas como forma de sancionar os dirigentes da política.

Outro ponto importante a referir é em relação aos centros rurais e urbanas, nos centros rurais há uma relação de proximidade todos se conhecem por tratar de um meio pequeno, o contacto é direto entre o eleitor e o candidato, no sentido de personalização, nos centros urbanos já é diferente não se conhecem não há uma relação direta entre o eleitor e os representantes. Tal como acontece nas eleições autárquicas a abstenção ocupa um espaço menor pelo facto de tratar de meios pequenos onde todos se conhecem, há uma relação de amizade entre o eleitor e os representantes.

Isso faz-se sentir nas ilhas com menor nível populacional e de menor acesso as mesas de voto como é o caso da ilha de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava.

Gráfico 4 - Comparação dos valores da abstenção eleitoral nas eleições cabo-verdiana 1991 a 2016



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CNE.

De acordo com o gráfico 4, o que se verifica é um aumento significativo da abstenção, quando comparada com o tipo de eleição nos anos de 1991 a 2016. Nesse intermédio, houve variações ascendentes e descendentes, pode-se constatar que em relação aos três níveis de eleições realizados em Cabo Verde as que tendencialmente têm propensão para uma maior taxa de abstenção são as legislativas e presidenciais.

Segundo Ramos (2012), a diferença nos valores da abstenção verificada nas legislativas e presidenciais é explicada da seguinte forma:

“As taxas oficiais da abstenção e da participação eleitoral indicam uma oscilação de comportamento do eleitorado distintos dependendo da eleição em causa. O eleitor é seletivo e a maior taxa de abstenção é a presidencial e nas legislativas. As disputas eleitorais dos três níveis de poder mobilizam recursos financeiros desiguais e esse aspeto tem também um papel nos momentos de mobilização eleitoral e com influência nas taxas de votação”.⁷

Por outras palavras, o eleitorado é seletivo de modo que ao votar escolhe o tipo de eleição que lhe proporciona a concretização dos seus interesses. Tal aspeto pode ser considerado uma das razões para maior ou menor participação eleitoral nos três níveis de eleição, a eleição com maior aderência às urnas são as autárquicas, uma vez que o eleitor vota de acordo com as respostas para a realização dos seus objetivos por tratar de eleições municipais com interesses da comunidade, há uma certa proximidade entre os

⁷ Ramos (2012)

representantes e o eleitor, todos se conhecem, nesse caso os cidadãos identificam com a pessoa do que com o próprio partido.

Segundo Santos (2011) os cidadãos sentem mais próximos do poder local do que do poder nacional, ou seja, os cidadãos não se interessam, ou interessam pouco, pelos assuntos da política à escala nacional. Os cidadãos envolvem muito pouco nos assuntos políticos do seu país, logo há pouca participação política, e tendencialmente muitos não exercem o seu direito de voto, o que refere na abstenção.

Outro fato é que a própria Constituição da República atribui a cada um dos níveis dos cargos políticos eleitos competências e distribuições diferentes, o que está diretamente ligado ao impacto na vida do eleitor.

Em termos de competências, apesar do Presidente da República ser eleito por via de sufrágio direto e universal suas atribuições são quase exclusivamente de carácter simbólico e cingidas à representação do Estado, a nível externo. Já em relação aos membros da Assembleia Nacional, ao governo e às autarquias locais, as funções/atribuições e competências irão resultar em políticas públicas de grande impacto na vida das pessoas em diversas esferas, nomeadamente saúde, emprego, social, educação, saneamento, segurança, habitação, etc.

De acordo com os dados obtidos dos Boletins Oficiais, referentes a todas as eleições realizadas em Cabo Verde desde 1991-2016, é possível constatar que o nível de abstenção se tem aumentado a cada eleição.

Tabela 5 - Comparação da taxa de Abstenção Eleitoral nas Autárquicas em São Vicente e Nacional (1991-2016)

	Abstenção Eleitoral nas Eleições Autárquicas em São Vicente	Abstenção Eleitoral nas Eleições Autárquicas a nível Nacional (Média)
Ano de Eleição	Abstenção (%)	Abstenção (%)
1991	56,0%	45,6%
1996	44,6%	35,8%
2000	48,8%	40,2%
2004	48,0%	42,5%
2008	29,87%	19,45%
2012	37,52%	31%
2016	47,2%	42,3%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CNE.

Comparando a taxa de abstenção a nível nacional em relação a ilha de São Vicente, pode-se concluir que a abstenção na ilha é superior ao nacional em todas as eleições autárquicas exceto a de 2008. Tratando-se de uma das ilhas com maior círculo eleitoral e com um elevado número de população jovem de (37,7%) faixa etária compreendido entre (15-34 anos), sabendo que os jovens participam pouco ou nada nas eleições bem como nos assuntos políticos.

Outro aspeto a ressaltar é o fato dessa população registrar a maior taxa de desemprego jovem a nível nacional. Segundo os dados do INE do ano de 2019 a taxa de desempregos jovem na ilha de São Vicente corresponde a 29,1% na faixa etária de (15-45 anos) a nível nacional a taxa de desemprego jovem corresponde a 27,8% na faixa etária de (15-24 anos).

Tratando-se de uma população com elevado nível académico, bem informado e com recursos a opinar nos assuntos ligados a política, acabando por não votar como forma de punir o governo.

Com base nesses dados leva-nos a concluir o porquê de os jovens não participarem nas eleições, já que estão na situação de desemprego, sendo que não veem seus problemas resolvidos não têm interesse em prestar o direito cívico.

CONCLUSÃO

O trabalho visa analisar o panorama evolutivo da abstenção eleitoral em todas as eleições legislativas, presidenciais e autárquicas em Cabo Verde. A escolha do período de 1991 a 2016 justifica-se pelo fato do ano de 1991 terem sido realizadas as primeiras eleições livres e multipartidárias no país, sendo uma novidade para os cabo-verdianos, as primeiras eleições foram calorosas e intensas. Ficou demonstrado o aumento crescente da taxa de abstenção em todas as eleições com exceção parcial nas eleições autárquicas, com aumento mais significativo em particular nas eleições presidências.

Com o estudo pode-se concluir que os jovens são mais propensos a abster, sendo mais desfavorecidos, principalmente no que tange ao desemprego, bem como as mulheres principalmente as donas de casa por ocupar dos seus afazeres. Ficou demonstrado que as eleições que registam aumentos mais significativos da taxa de abstenção são as presidenciais, pelos vários motivos enumerados ao longo do trabalho. Também ficou esclarecido que o fenómeno de abstenção não afeta somente Cabo Verde, bem como todos o mundo principalmente os países de instauraram o sistema de voto facultativo.

A abstenção eleitoral é um tema que atualmente tem vindo a ser muito debatido, uma vez que representa uma ameaça ao sistema político. Nos regimes democráticos, quanto maior for a taxa de abstenção eleitoral, mais a legitimidade democrática é colocada em causa. As altas taxas de abstenção eleitoral demonstram uma crescente desconfiança dos cidadãos em relação as instituições políticas. Cada vez mais as pessoas têm menos tempo para assuntos dedicados à política e verifica-se uma atitude de desconfiança muito grande em relação à classe política.

A abstenção expressa o descontentamento dos cidadãos em relação ao sistema político e aparece como um sinal de descrença no processo democrático na razão proporcional da sua importância.

Ao longo da pesquisa para a realização do trabalho, foi constatado vários pontos que levam com que a abstenção tende de marcar forte presença nas eleições cabo-verdiana em todos os níveis. Os cidadãos cada vez têm menos tempo para comparecer as urnas, preferem por exemplo fazer as coisas do seu lazer do que votar.

O povo cabo-verdiano por si é um povo que preocupa pouco com os assuntos ligados a política, com uma cultura política fraca, são poucos curiosos, questionam pouco, se informam menos.

A partir dos resultados de pesquisa, permite chegar as conclusões através da análise das hipóteses propostas no referido trabalho.

Em relação a primeira hipótese “*A participação/abstenção eleitoral varia em função do tipo de eleição, presidencial, legislativa e municipais*, de acordo com os dados obtidos do B.O, pode-se chegar a conclusão de que na verdade há uma propensão para maiores taxas de abstenção nas eleições legislativas e presidências, de acordo com o gráfico 4, pode-se constatar que o eleitor é seletivo e escolhe o tipo de eleição que lhe proporcionar a concretização dos seus interesses, isso justifica o fato das autárquicas terem menor taxa de abstenção. Já que trata de sítios de menor dimensão onde todos se conhecem e os objetivos são alcançados com mais facilidade.

Outro aspeto a concluir é que por vezes os candidatos às eleições presidências não interessam muito o eleitorado em se deslocar para apostar sua preferência, ou seja a oferta por vezes não convence o eleitorado. Ou então, trata-se de um candidato que não tendo concorrente a altura como aconteceu nas eleições presidências de 2016, o eleitor opta por não comparecer as urnas tratando de uma eleição ganha.

Por sua vez, a segunda hipótese “*A cultura política, com destaque para a cultura cívica dos cidadãos, determina a participação ou não nas eleições*”, de acordo com as investigações podemos concluir que por natureza os cabo-verdianos são um povo que se acomoda em relação a política, não questionam, interessam pouco pela política, são pouco informados. Não têm um acompanhamento educacional da política, interferem pouco nas questões políticas, ou seja há um pequeno grupo que toma decisões em nome dos restantes. Talvez pelo fato de ter pouca envolvência dos cabo-verdianos na conquista da independência.

Relativamente a terceira hipótese “*Os círculos eleitorais com maior expressão urbana tendem a apresentar uma maior taxa de abstenção em comparação com os círculos predominantemente rurais*”, se tivermos em conta os dados da tabela 4, podemos concluir que de fato a hipótese confirma-se, uma vez que os círculos eleitorais de maior magnitude, a ilha de São Vicente, Santiago Norte e Sul e a ilha do Sal são os círculos

mais populacional e com maior taxa de abstenção. Uma vez que são círculos com uma grande população jovem com pouco interesse pela política.

É desejável uma participação eleitoral mais significativa, uma vez que para muitos votar é a única forma e particular de participação política, pois permite o acesso livre e garantido a todos os cidadãos seguindo os princípios de igualdade e liberdade, sendo a forma mais importante da democracia. Por vezes, a elevada taxa de abstenção denuncia a exclusão de uma parte da cidadania.

A elaboração do trabalho teve como objetivo geral efetuar um estudo da abstenção nas eleições em Cabo Verde no período de tempo de 1991 a 2016, bem como entender as razões que leva os cidadãos a absterem.

A presente tese de iniciação científica procurou, dentro dos seus limites contribuir para a compreensão e motivos da abstenção em Cabo Verde.

Recomendações

- É importante investir na educação cívica dos cidadãos, a taxa de abstenção poderá baixar, uma vez que os cidadãos passam a ser pessoas instruídas, informadas, capazes de opinar e principalmente ter a noção da importância do voto compareceram as urnas.
- Repensar a definição das listas de candados partidários: os eleitores escolhem o candidato e não o partido em quem votem.
- Inclusão de mecanismos de aumento da participação e fiscalização dos cidadãos da ação governativa central, local e na responsabilização judicial dos atores políticos que cometem ilegalidades durante o seu mandato.
- Investir mais na CNE, principalmente no que tange ao transporte, mesas de voto em todas as localidades principalmente nas zonas rurais, bem como em recursos humanos especializados na área.

Limitações

Ao longo desta investigação verificou-se algumas limitações na sua realização, principalmente no que tange a recolha de dados bibliográficos uma vez que Cabo Verde carece de fontes bibliográficos, sendo assim uma boa parte da investigação foi feita com base em trabalhos feitos publicados em *sites*.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

- Aguiar, Â. A., 2016. *Cursoenem*. [Online]
Available at:<https://cursoenemgratuito.com.br/revolucoes-na-europa-do-seculo-xix/>
[Acedido em 23 junho 2018].
- Almeida, I. C. & Sette, R. S., 2019. *Enapad*. [Online]
Available at:www.anapad.org.br/pdf/apb2534.pdf
[Acedido em 15 outubro 2017].
- Almond, G. & Verba, S., 1970. *La cultura Civica. Estudio sobre la participacion Politica Democratica em cinco naciones*. I ed. Madrid: Fundacion Foessa.
- Amaral, D. F. d., 2004. *História das Ideias Políticas vol I*. Lisboa: Almedina.
- Andrade, A. J. B. & Veiga, C. C. J. N., 2012. GEOGRAFIA POLITICA ELEITORAL CABO-VERDIANA: MUDANÇA E CONTINUIDADE (1991-2011). *REVISTA DE GEOGRAFIA (UFPE)*, p. 7.
- André Freire, P. M., 2002. *A abstenção eleitoral em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Anon., 2015. *A SEMANA*.
- Arblaster, A., 1987. *A Democracia*. Lisboa: Rditorial Estampa.
- Bachrach, P., 1980. *The teory of Democratic Elitism- A Critique*. Boston: University Press of America.
- Bobbio, N., 1986. *O Futuro da Democracia uma defesa das regras do jogo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bobbio, N., 2000. *O Futuro da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra.
- Bordenave, J. E. D., 1983. *O Que é a Participação*. Brasil: SEAD/UFSC.
- Bourdieu, P., 1984. *Distinction: A social critique of the Judgement of taste*. Massachusets, Harvard: University Press.
- Caldeira, F. C., 2019. *Universidade Federal De Minas Gerais*. [Online]
Available at: www.opiniaopublica.ufmg.br/files/biblioteca
[Acedido em 20 abril 2018].

Correia, A., 2001. Conferencia Internacional sobre Sistemas Eleitorais: funções e implicações para os sistemas de governação e dos partidos e a representação da população. *Friedrich Eberto Stiffrung*, p. 13 a 15.

Correia, S., 2007. *Capital Social e Comunidade Cívica, o Círculo Virtuoso da Cidadania Aplicação ao Modelo de Putnam aos Resultados do Bairro de Coselas*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Costa, B. F., 2014. *repositorio.ult*. [Online]

Available at:

https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/8541/2/BRUNO%20COSTA%20_TeseDefinitiva_doc.pdf

[Acedido em 15 outubro 2017].

Costa, D. H., 2017. Dados Eleitorais em Cabo Verde 25 anos de regime democrático: 1991-2016. *Inforpress*, p. 5.

Costa, H. d. O., 2006. Alienação Eleitoral no Brasil uma análise dos votos em branco, nulos e abstenção nas Eleições Presidenciais (1989-2002). *Pontifícia Universidade Católica*.

Cruz, M. B. d., 1995. *Intuições Políticas e Processos Sociais*. Amadora, Portugal: Bertrand Editora.

Dahl, R., 1966. *Political Oppositions in Western Democracies*. New Haven: University Press.

Dahl, R., 1991. *Modern Political Analysis*. New Jersey: Englewood Cliffs.

Dahrendorf, R., 1994. *Citizenship and Beyond: The social Dynamics of an Idea*. Londres: Routledge.

Dows, A., 1957. *An Economic Theory of Democracy*. Nova Iorque: Harper Collins Publishers.

Évora, R., 2004. *Cabo Verde- A Abertura Política e a Transição para a Democracia*. Praia: Speen Edições.

Évora, R., 2009. *Poder Legislativo ou Regime Democrático em Cabo Verde*. Brasília: Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais.

Évora, R., 2012. *Pnud*. [Online]

Available at: http://procurement-notices.undp.org/view_file.cfm?doc_id=12809

[Acedido em 18 janeiro 2019].

Évora, R. M. L. & Sanches, E. R., 2013. *Pnud*. [Online]

Available at:

https://www.researchgate.net/publication/269275226_Institucionalizacao_do_Sistema_Partidario_e_democratizacao_em_Cabo_Verde_1991-2011

[Acedido em 08 dezembro 2018].

Fonseca, J. C., 2012. *Constituição da República de Cabo Verde*. Praia: Pressidência da República de Cabo Verde.

França, F. T. d., 2008. Crise Política: O Problema da Abstenção Eleitoral no Brasil e no Mundo. *REVISTA ELETRÔNICA INTER-LEGERE – NÚMERO 03*, 11 março.p. 2.

Furtado, V. S., 2016. *Univ, documentos*. [Online]

Available at: <file:///C:/Users/UM/Documents/vlademiro%20salvador%20furtado.pdf>

[Acedido em 3 janeiro 2019].

Gastil, J., 2000. *University of California Press E-Books Collection*. [Online]

Available at: <https://publishinh.cdlib.org/view/doi...>

[Acedido em 25 outubro 2017].

Gomes, W., 2005. *researchgate.net*. [Online]

Available at:

https://www.researchgate.net/publication/303638749_Internet_e_participacao_politica_em_sociedades_democraticas/link/574af41008ae5c51e29ea1b2/download

[Acedido em 09 março 2019].

Huntington, S., 1994. *A Terceira Onda: Da Democratização no final do Sec. XX*. São Paulo: Ática.

Khan, T., 1992. *O voto Obrigatório*. São Paulo: Lua Nova.

Laguna, J. H. B., 2004. *Universidad Complutense Madrid*. [Online]

Available at: www.ucm.es/eurotheo/diccionario/A/abstencionactiva.htm

[Acedido em 15 maio 2017].

Lijphart, A., 2003. *wordpress*. [Online]

Available at:

[https://perguntasapo.files.wordpress.com/2011/05/lijphart_modelos_de_democracia_c
ap5.pdf](https://perguntasapo.files.wordpress.com/2011/05/lijphart_modelos_de_democracia_c
ap5.pdf)

[Acedido em 18 maio 2018].

Lobo, M. C. & Magalhães, P., 2009. *repositorio. ul.* [Online]

Available at:

[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28233/1/ICS_MCLobo_PMagalhaes_Eleicoes.
pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28233/1/ICS_MCLobo_PMagalhaes_Eleicoes.
pdf)

[Acedido em 09 junho 2018].

Manhanelli, C. A., 1992. *Eleição é Guerra.* São Paulo: Summus.

Manin, B., 1997. *Principles of representative government.* Cambridge: Cambridge University Press.

Martins, M. M., 2004. *Participação Política e Democracia- O Caso Português (1976-2000).* Lisboa: Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas.

Martins, M. M., 2010. *Cidadania e Participação Política-temas e prespectivas de análise-*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Mendonça, V. d. S., 2004. *Voto Livre e Espontâneo: Exercício de Cidadania Política Consciente.* Florianópolis: OAB/SC.

Miguel, L. F., 2003. Representação Política em 3D: elementos para uma teoria ampliada de representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, pp. 123-140.

Monteiro, H. L., 2012. *UNICV.* [Online]

Available at: <https://core.ac.uk/download/pdf/38681335.pdf>

[Acedido em 6 abril 2019].

Morrow, J., 2007. Historia do Pensamento Político Ocidental.. *Europa-América*, p. 373.

Muncy, M. & Hans, K., 1999, 1987. *The End of Democracy- A Crisis of Legitimacy.* I ed. Dallas: Spence Publishing Company.

Nohlen, D., 1981. *Sistemas Electorales del Mundo.* Madri: Centro de Estudios Constitucionales.

Noticias, S., 2019. *Sic Noticias.* [Online]

Available at: <https://sicnoticias.pt/especiais/legislaativas-2019/2019-10-17-Abstencao->

final-das-legislativas-atinge-recorde-

[Acedido em 22 setembro 2019].

Pasquino, G., 2002. *Curso de Ciência Política*. Cascais: Principia.

Pateman, C., 1992. *Academia .edu*. [Online]

Available at:

https://www.academia.edu/11677687/Participa%C3%A7%C3%A3o_e_Teoria_Democr%C3%A1tica_Carole_Pateman

[Acedido em 19 novembro 2018].

Ramos, A. M., 2012. *Portal do Conhecimento*. [Online]

Available at: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/2545>

[Acedido em 22 setembro 2018].

Rodrigues, A. L., 2015. *usp.br*. [Online]

Available at:

https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde135217/publico/2015_AnildoLopesRodrigues_VCorr.pdf

[Acedido em 17 dezembro 2018].

Sanches, E., 2013. *Institucionalização do Sistema Partidário e Democratização em Cabo Verde (1991-2011)*. s.l.:s.n.

Sanches, E., 2018. *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*. [Online]

Available at:

https://www.researchgate.net/publication/269275226_Institucionalizacao_do_Sistema_Partidario_e_democratizacao_em_Cabo_Verde_1991-2011

[Acedido em 18 maio 2019].

Santo, P. d. E., 2011. *Sociologia Política e Eleitoral- Modelos e Explicações do Voto*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Coleção de Manuais Pedagógicos .

Sartori, G., 1976. *Parties and party systems. A framework for analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

Silva, J. A. d., 2004. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros.

Silva, M. E. M., 2008. *Instituto Superior de Educação*. [Online]

Available at:

<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/2326/1/Introd.%20Desenv.%20e%20Conclus%C3%A3o.pdf>

[Acedido em 14 agosto 2019].

Silveira, O., 1998. *"Cabo Verde: Do Partido Estado ao Partido Governo"*, *Direito e Cidadania*. Praia: Edições Colibri.

Silveira, O., 2005. *A Democracia em Cabo Verde*. Praia, Cabo Verde: Colibri.

Tavares, J. M. S. B., 2010. *Docplayer*. [Online]

Available at: <https://docplayer.com.br/10569269-Votacao-electronica-em-cabo-verde.html>

[Acedido em 27 outubro 2018].

Verba, G. A. e. S., 1989. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. New York: Princeton University Press.

Verba, L. P. e. S., 1966. *Political Culture and Political Development*, Princeton. NJ: University Press.

ANEXOS

ANEXO 1- Dados da Comissão Nacional das Eleições

Eleições Legislativas 1991, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Suplemento, N.º 3, 25 de janeiro de 1991.

Eleições Legislativas 1995, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 52, 27 de dezembro de 1995.

Eleições Legislativas 2001, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 2, 22 de janeiro de 2001.

Eleições Legislativas 2006, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º11, 14 de março de 2006.

Eleições Legislativas 2011, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º7, 19 de Fevereiro de 2011.

Eleições Legislativas 2016, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º24, 31 de Março de 2016.

Eleições Presidenciais 1991, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Suplemento, N.º 10, 09 de março de 1991.

Eleições Presidenciais 1996, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, II Série, N.º11, 15 de Março de 1996.

Eleições Presidenciais 2001 (1ª volta), in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, II Série, N.º 8, 19 de fevereiro de 2001.

Eleições Presidenciais 2001 (2ª volta), in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, II Série, N.º10, 05 de março de 2001.

Eleições Presidenciais 2006, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º8, 21 de fevereiro de 2006.

Eleições Presidenciais 2011 (1ª volta), in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º29, 29 de Agosto de 2011.

Eleições Presidenciais 2011 (2ª volta), in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º 29, 04 de setembro de 2011.

Eleições Presidenciais 2016, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º59, 14 de Outubro de 2016.

Eleições Autárquicas 1991, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Suplemento, N.º50, 18 de dezembro de 1991.

Eleições Autárquicas 1996, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, II Série, N.º9, 15 de Fevereiro de 1996.

Eleições Autárquicas 2000, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º6, 06 de Março de 2000.

Eleições Autárquicas 2004, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º10, 05 de abril de 2004.

Eleições Autárquicas 2008, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º20, 3 de Junho de 2008.

Eleições Autárquicas 2012, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º45, 01 de Agosto de 2012.

Eleições Autárquicas 2016, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, N.º51, 20 de setembro de 2016.

ANEXO 2 - Entrevistas

Entrevista realizada a 18 de fevereiro de 2020 ao entrevistado um, para o trabalho de conclusão de curso em Ciência Política e Relações Internacionais.

1. Como se pode avaliar a temática da abstenção eleitoral em Cabo Verde tendo ultrapassado os 60% nas eleições presidenciais?

O eleitor não participa nas eleições porque tem um baixo nível de cultura cívica que impede de exercer o direito de voto, é algo que deve ser analisado e introduzido na educação do cidadão.

2. Acha que o fenómeno de bipolarização partidária existente em Cabo Verde pode influenciar a qualidade da democracia bem como a abstenção?

O bipartidarismo não só tem enorme influência negativa na qualidade da democracia em Cabo Verde como contribui para um péssimo debate parlamentar.

3. No seu entender que fatores explicam a predisposição de alguns cidadãos para o exercício do voto e outros para a abstenção.

Há políticos com discursos coerentes, sérios, honestos, humildes e rigorosos no cumprimento das suas missões e por atitudes corretas tornam referências para a sociedade, será o maior motor mobilizador de todo e qualquer eleitor consciente e interessado em que o seu voto possa contribuir para escolher os políticos mais capazes para o país.

4. Tendo em conta as eleições são distintas umas das outras do ponto de vista da sua importância, como explica a propensão para maior taxa de abstenção eleitoral nas eleições legislativas e presidenciais?

As eleições presidenciais são as com maior taxa de abstenção pelo fato do PR ter pouca influência nos assuntos que abarca o governo e o país, de uma forma geral tem maior desempenho nas relações diplomáticas, e isso leva com que os eleitores participem menos nas eleições.

5. A obrigatoriedade de votar no local de recenseamento pode influenciar nos resultados eleitorais e principalmente no que tange a abstenção?

A questão da obrigatoriedade do voto no local de recenseamento necessita de revisão do código eleitoral para adaptar a realidade cabo-verdiana, visto que se trata de um país arquipelágico e a própria geografia influencia nos resultados eleitorais, pelo fato de haver fácil mobilidade entre as ilhas.

6. Caso Cabo Verde viesse implementar o sistema de voto obrigatório poderia diminuir a taxa da abstenção? Para si qual o melhor sistema deve avigorar no contexto cabo-verdiano: sistema de voto obrigatório ou facultativo e porquê?

O voto obrigatório tem muitas outras implicações e é difícil a sua implementação em Cabo Verde, embora iria diminuir a abstenção. Sou de opinião que o sistema deve continuar a respeitar a liberdade, ou seja o voto facultativo livre de sanções.

7. Tendo em conta que todas as eleições realizadas em Cabo Verde desde 1991 a 2016 a abstenção tende a aumentar, poderá estar a falar numa crise democrática?

A crise democrática é fruto da falta de líderes políticos focados em resolver os problemas do país nomeadamente as áreas de saúde, educação, agricultura, pesca, transporte entre outros. Para o eleitor se não houver solução para esses problemas que afetam essas áreas é logico que não vão votar, isso leva com que haja fragilidade democrática, mas não da sua crise.

Entrevista realizada a 09 de março de 2020 ao entrevistado número dois, para o trabalho de conclusão de curso em Ciência Política e Relações Internacionais.

1. Como se pode avaliar a temática da abstenção eleitoral em Cabo Verde tendo ultrapassado os 60% nas eleições presidenciais?

A abstenção é prejudicial à democracia, trata-se de um desafio que a sociedade deve enfrentar com sensibilização e capacitação das pessoas para a cidadania. Todavia a abstenção é uma posição de voto e uma elevada abstenção significa que a proposta apresentada não corresponde as expectativas do individuo o que muitas vezes leva a perda de confiança. Sou defensor de que a abstenção é um fenómeno que deve ser analisado com profundidade, já que as eleições tendencialmente tende a aumentar.

2. Acha que o fenómeno de bipolarização partidária existente em cabo Verde pode influenciar a qualidade da democracia bem como a abstenção?

A bipolarização só existe porque ainda não se emergiu na sociedade nenhuma força política com expressão nacional de modo a dar confiança e demonstrar competência para governar o país, com propostas diferentes, inovadoras mais exequíveis. No entanto defendo que em Cabo Verde não se pode falar em bipartidarismo uma vez que há três partidos com assento parlamentar e sempre existiu outros partidos a concorrerem para pleitos eleitorais.

3. No seu entender, que fatores explicam a predisposição de alguns cidadãos para o exercício do voto e outros para a abstenção?

A abstenção é cada vez maior, já que os eleitores perdem confiança nos eleitos como no funcionamento das instituições, portanto é um reduzido número que ainda vota.

4. Tendo em conta as eleições são distintas umas das outras do ponto de vista da sua importância, como explica a propensão para maior taxa de abstenção eleitoral nas eleições legislativas e presidenciais?

O PR é visto como uma figura com pouco poder no que diz respeito ao estado e consequentemente os eleitores não têm muito interesse em votar nas eleições presidenciais.

5. A obrigatoriedade de votar no local de recenseamento pode influenciar nos resultados eleitorais e principalmente no que tange a abstenção?

Para diminuir as taxas de abstenção o código eleitoral facilita ao eleitor de mudar seu recenseamento dentro dos limites estipulados, em relação as eleições autárquicas os eleitores têm mais interesse em votar no seu local de nascença do que residência, e isso leva com que a abstenção seja maior nas eleições presidenciais e legislativas.

6. Caso Cabo Verde viesse implementar o sistema de voto obrigatório poderia diminuir a taxa da abstenção? Para si qual o melhor sistema deve avigorar no contexto cabo-verdiano: sistema de voto obrigatório ou facultativo e porquê?

O sistema facultativo é o mais correto, porque o exercício da cidadania deve ser voluntário, deve ser um ato de consciência do dever cumprido e não de uma obrigação. Se, entretanto, fosse obrigatório seria residual, porque as pessoas não estariam propensas a perder direitos por falta de cumprimento de um dever cívico.

7. Tendo em conta que todas as eleições realizadas em Cabo Verde desde 1991 a 2016 a abstenção tende a aumentar, poderá estar a falar numa crise democrática?

Há sim uma crise de valores em Cabo Verde e não de crise democrática embora há fragilização da democracia, sobretudo de uma democracia representativa que não estando a prestar os serviços desejados, deve dar lugar ao exercício de uma democracia participativa nos seus moldes. A alta taxa de abstenção confere menos legitimidade do ponto de vista moral, embora estando eleito os órgãos não se preocupa com esta questão posso exemplificar com as últimas eleições presidências com elevada taxa d abstenção.

Entrevista realizada a 15 de março de 2020 ao entrevistado número três, para o trabalho de conclusão de curso em Ciência Política e Relações Internacionais.

1. Como se pode avaliar a temática da abstenção eleitoral em Cabo Verde tendo ultrapassado os 60% nas eleições presidenciais?

A abstenção tem a ver com a cultura cívica e que é difícil medi-lo sabendo que se trata de uma democracia jovem, dados registados da abstenção até agora leva-nos a refletir sobre o assunto, é preciso que os Cabo-verdianos tenham consciência nas escolhas dos representantes e exercer o voto. Os cabo-verdianos interessam-se pouco pelos assuntos políticos, reclama muito pelas ações dos políticos e na hora de participar na política não o faz.

2. Acha que o fenómeno de bipolarização partidária existente em cabo Verde pode influenciar a qualidade da democracia bem como a abstenção?

Em Cabo Verde não se pode falar em bipartidarismo já que sempre existiu forças e partidos políticos na disputa de pleitos eleitorais.

3. No seu entender que fatores explicam a predisposição de alguns cidadãos para o exercício do voto e outros para a abstenção.

O cidadão atente deve acompanhar a dinâmica política do seu país, e esses são os que tem uma ocupação profissional, nível de escolaridade razoável para questionar e informar e tem maior interesse em escolher os seus representantes. As pessoas que não participam são as que estão em desemprego, elevada taxa de população do mundo rural, esses são fatores que podem estar ligados a abstenção.

4. Tendo em conta as eleições são distintas umas das outras do ponto de vista da sua importância, como explica a propensão para maior taxa de abstenção eleitoral nas eleições presidenciais?

A elevada taxa de abstenção nas eleições presidenciais tem a ver com o próprio sistema político, o próprio eleitor de uma forma geral tem a perceção de que o Presidente

da República é visto como uma “figura de estilo”, não tendo muitos poderes, tem pouca influência na governação do país, o que leva os eleitores a absterem nas referidas eleições.

5. A obrigatoriedade de votar no local de recenseamento pode influenciar nos resultados eleitorais e principalmente no que tange a abstenção?

O código eleitoral cabo-verdiano é flexível, o que não deveria permitir elevadas taxas de abstenção, porque o caderno eleitoral é fechado sessenta dias antes e publicado trinta dias antes das eleições, portanto antes dos sessenta dias o cidadão tem toda possibilidade de mudar o seu local de recenseamento, o código eleitoral não tem implicação no aumento da abstenção, isto está relacionado com a cultura política e a cidadania cabo-verdiana.

6. Caso Cabo Verde viesse implementar o sistema de voto obrigatório poderia diminuir a taxa da abstenção? Para si qual o melhor sistema deve avigorar no contexto cabo-verdiano: sistema de voto obrigatório ou facultativo e porquê?

Se Cabo Verde implantasse o sistema de voto obrigatório resolveria o problema de abstenção. Os diferentes governos têm criado condições para que possa haver maior número de voto, à cada eleição tem havido maior número de mesas, há mais informação, mais comunicação sobre o processo eleitoral, os partidos políticos fazem grandes campanhas para mobilização de votos, há várias ONGs que também contribuem para que a taxa de participação seja maior. No fundo há um grande número populacional que tem todas as informações, mas não interessam em votar, se houvesse o sistema obrigatório de voto resolveria grandemente a questão de abstenção.

7. Tendo em conta que todas as eleições realizadas em Cabo Verde desde 1991 a 2016 a abstenção tende a aumentar, poderá estar a falar numa crise democrática?

Não se pode falar em crise democrática sendo que a democracia cabo-verdiana é jovem e em constante processo de evolução, é de referência em África, para analisar a questão de abstenção tem a ver com variáveis como escolaridade, desemprego, condição social, económica, entre outros e principalmente com a carência de cultura cívica que estão intrinsecamente relacionados com a taxa de abstenção.

Entrevista realizada a 22 de março de 2020 ao entrevistado número quatro, para o trabalho de conclusão de curso em Ciência Política e Relações Internacionais.

1. Como se pode avaliar a temática da abstenção eleitoral em Cabo Verde tendo ultrapassado os 60% nas eleições presidenciais?

Cabo verde é uma democracia jovem, a abstenção é resultado de fraca cultura política, pouco interesse em participar na política.

2. Acha que o fenómeno de bipolarização partidária existente em cabo Verde pode influenciar a qualidade da democracia bem como a abstenção?

Em Cabo Verde não existe o bipartidarismo, mas que no início da sua história política a própria circunstância levou com que o país estivesse sob o sistema bipartidário, embora houve existência de outros partidos.

3. No seu entender que fatores explicam a predisposição de alguns cidadãos para o exercício do voto e outros para a abstenção.

São as circunstâncias sociais que ditam a maior ou menor taxa de abstenção/participação.

4. Tendo em conta as eleições são distintas umas das outras do ponto de vista da sua importância, como explica a propensão para maior taxa de abstenção eleitoral nas eleições presidenciais?

O PR é dotado de simbolismo, representa o país no exterior com menor poder nos assuntos parlamentares logo os eleitores participem menos nas eleições presidências, uma vez que a participação é maior na eleição autárquicas sendo que a traga-os maiores benefícios.

5. A obrigatoriedade de votar no local de recenseamento pode influenciar nos resultados eleitorais e principalmente no que tange a abstenção?

A obrigatoriedade do voto no local de recenseamento determina sim nos resultados das eleições, porque o eleitor participa mais nas eleições autárquicas do que as outras eleições sendo que regressam para votar no local de nascença.

6. Caso Cabo Verde viesse implementar o sistema de voto obrigatório poderia diminuir a taxa da abstenção? Para si qual o melhor sistema deve avigorar no contexto cabo-verdiano: sistema de voto obrigatório ou facultativo e porquê?

O voto deve ser livre, cabe o cidadão decidir se usa essa liberdade de votar ou não, não deve ser por obrigação.

7. Tendo em conta que todas as eleições realizadas em Cabo Verde desde 1991 a 2016 a abstenção tende a aumentar, poderá estar a falar numa crise democrática?

Não se pode falar de uma crise democrática, embora há maior taxa de abstenção porque as pessoas participem menos, isso tem a ver com a cultura cívica.